Prospectiva (Frutal).

Livro Educação e constituinte de 1988: a participação popular nos quadros da democracia da nova República e a reflexão de Florestan Fernandes.

Otavio Luiz Machado.

Cita:

Otavio Luiz Machado (2012). *Livro Educação e constituinte de 1988: a participação popular nos quadros da democracia da nova República e a reflexão de Florestan Fernandes*. Frutal: Prospectiva.

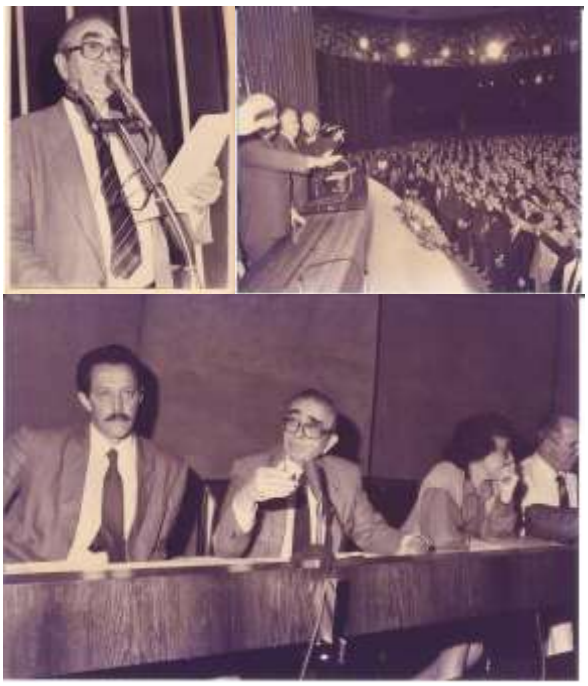
Dirección estable: https://www.aacademica.org/editora.prospectiva.oficial/77

ARK: https://n2t.net/ark:/13683/pVe9/E4k

Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto*. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: https://www.aacademica.org*.

OTÁVIO LUIZ MACHADO



EDUCAÇÃO E CONSTITUINTE DE 1988: A PARTICIPAÇÃO POPULAR NOS QUADROS DA DEMOCRACIA DA NOVA REPÚBLICA E A REFLEXÃO DE FLORESTAN FERNANDES

EDITORA PROSPECTIVA

OTÁVIO LUIZ MACHADO

EDUCAÇÃO E CONSTITUINTE DE 1988: A PARTICIPAÇÃO POPULAR NOS QUADROS DA DEMOCRACIA DA NOVA REPÚBLICA E A REFLEXÃO DE FLORESTAN FERNANDES

EDITORA PROSPECTIVA

Copyright 2013 by Otávio Luiz Machado

Capa: Editora Prospectiva
Foto de capa: Arquivos Congresso Nacional do Brasil
Revisão: Otávio Luiz Machado
Edição: Editora Prospectiva

Machado, Otávio Luiz.

EDUCAÇÃO E CONSTITUINTE DE 1988: A PARTICIPAÇÃO POPULAR NOS QUADROS DA DEMOCRACIA DA NOVA REPÚBLICA E A REFLEXÃO DE FLORESTAN FERNANDES
/ Otávio Luiz Machado. - Frutal: Prospectiva, 2012.

ISBN: 978-85-67463-15-5

Apêndices
Inclui bibliografia

1. Constituinte – 2. Educação. 3. Pensamento Social – 4. Memória Histórica. 5. Florestan Fernandes. 6. Universidade. 7. Nova República. 8. Democracia.

Contatos com o autor:
Caixa Postal nº 1, 382000-000 Frutal-MG
E-mail: otaviomachado3@yahoo.com.br
Tel: (34) 9668-9575

SUMÁRIO

4 **Sumário**

8 **Dedicatória**

9 **Agradecimentos**

11 **Introdução**
Otávio Luiz Machado

21 **CAPÍTULO I. BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS**

22 1. O Lugar de Florestan Fernandes nas Ciências Sociais no Brasil

22 2. O Lugar da Educação no Pensamento Sociológico de Florestan Fernandes

39 3. A Construção do Intelectual Militante

45 4. A Campanha em Defesa da Escola Pública e a Participação de Florestan Fernandes

45 a) Antecedentes da campanha

47 b) A participação de Florestan na Campanha

48 c) Motivação para a Campanha

49 d) Início da luta

50 e) Esquema da Campanha

51 f) Objetivos

53 g) Tendências e grupos entre os integrantes da Campanha

55 h) A Campanha e sua importância para a Universidade

56 i) Término: resultados da Campanha

58 5. Algumas Considerações Sobre:

58 a) Universidade

63 b) Democracia

68 **CAPÍTULO 2. A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE**

69 1. Contextualização Histórica do Período de 1985-90

71 2. O Clima de "Otimismo" do Período

Constitucional e o Pessimista com a "Nova República"

72 3. A Constituição da Constituinte

80 **CAPÍTULO 3. A EDUCAÇÃO NA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE**

81 1. Legislativo, Socialismo e Política

87 2. Florestan Fernandes, a Comissão de Educação e o Parlamento

94 3. Florestan, o PT e a Educação

102 a) Florestan Fernandes e o PT

107 b) O Projeto Educacional de Florestan Fernandes (e do PT), o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, e sua inserção na Constituinte

80 4. Os Projetos em Disputa e a Ordem de seus Interesses

107 a) Contextualização do período: neoliberalismo, globalização e Educação

114 b) O 1º Projeto de LDB apresentado, o original da Câmara dos Deputados

117 c) O Projeto de LDB apresentado ao Senado

123 d) Conclusões: o caminho dos dois projetos de Educação pós-constituinte: Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro – suas disputas

133 **CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS BARREIRAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DO PT E DA ESQUERDA BRASILEIRA**

137 **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

137 Fontes Primárias

139 Livros e Artigos

143 Dissertações, Teses e Pesquisas

144 Dicionários

144 Depoimento Oral

145 Audiovisual

145 Arquivos Consultados

146 Principais Siglas Utilizadas

Dedico este trabalho a meu pai.

Em homenagem ao sociólogo Florestan Fernandes.

AGRADECIMENTOS

Num trabalho de tal magnitude sempre é importante agradecer nominalmente a todos os que colaboraram com o Projeto em todas as suas etapas, mesmo sabendo que o esquecimento de muitos nomes será previsível. Mas que os nomes que deixamos de registrar também se sintam igualmente honrados com a obra produzida coletivamente e de interesse dos brasileiros e brasileiras.

Somos gratos às instituições que nos deram condições de realizar o trabalho de pesquisa e a própria publicação que realizamos anos atrás, especialmente à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Quero agradecer ao Professor Ronald Polito pela competente orientação, e aos professores do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da UFOP, que colaboram comigo: Crisostom Terto Villas-Boas, Ivan Antônio de Almeida, Ângelo Alves Carrara (que ajudou preliminarmente quando cursava uma disciplina) e José Carlos Reis (atualmente na UFMG).

Aos professores que não pertencem à UFOP, mas que foram de grande importância ao trabalho: Octavio Ianni, Dermeval Saviani, Caio Navarro de Toledo, Roberto Romano (da UNICAMP); José de Souza Martins e Antonio Candido (USP).

À Professora Barbara Freitag, que está morando na República Tcheca, cidade de Praga, e mesmo com a distância, propôs questões de suma importância.

À Eliane Veras Soares pelo apoio individual e intelectual.

Às instituições que me atenderam pessoalmente ou através de cartas: Fundação Biblioteca Nacional (RJ), Bibliotecas da FAE e da FAFICH (UFMG), FE, IFCH e CEDES (UNICAMP), Central (UnB), à SBPC, Fundação Padre Anchieta (TV Cultura), INEP/MEC, Centro de Documentação e Informação/Seção de Documentação Parlamentar (nas pessoas do Sr. Casimiro e Sra. Tereza Teixeira).

Ao pedagogo Adilson Pereira dos Santos, pelas constantes colaborações.

Ao Deputado Federal Sérgio Miranda (PC do B-MG), pelo apoio institucional, assim como à Liderança do PT na Câmara dos Deputados, especialmente à Secretária Sheila.

À Zuleide Araújo Teixeira, assessora parlamentar, pelo importante depoimento.

À Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa pelo apoio institucional e pela bolsa.

E à República Aquarius e aos meus amigos. Por fim, ao indispensável apoio familiar, pois sem o amor e o respeito dos nossos familiares, também não teríamos tido nenhuma perspectiva naquilo que fazemos e sonhamos fazer.

OTÁVIO LUIZ MACHADO

INTRODUÇÃO

Otávio Luiz Machado

Este trabalho foi guiado pela inquietude que representava o tema da Educação no projeto de sociedade de Florestan Fernandes.

Considerando a escassez de estudos sobre os mecanismos de funcionamento do Estado em sua relação com as políticas sociais, o principal foco de análise foi o tema da Educação na Constituinte de 1988, sob a perspectiva do sociólogo Florestan Fernandes, importante intelectual que militou em Defesa da Escola Pública com **qualidade**.

Este tema, portanto, preencherá certas lacunas de trabalhos realizados nesta área, ao analisar a trajetória da Lei de Educação com a participação de Florestan, até o embate final e sua perda para o Projeto Darcy Ribeiro, tratando as adversidades, a conjuntura e os problemas enfrentados, inclusive com as próprias dificuldades do PT em articular melhor suas idéias educacionais, em forma de Projeto, e em sua atuação no interior do Parlamento.

Maria Francisca estudou o conflito entre o público e o privado na Educação Brasileira na Constituinte, através da Subcomissão de Educação, com a participação de Florestan como membro da mesma, e Eliane Veras Soares, que reconstruiu a trajetória política de Florestan, desde a juventude

até a Subcomissão de Educação da Constituinte, em dois níveis: no Parlamento, e na Imprensa, tecendo considerações sobre sua entrada no PT e sua atuação como seu membro.

A análise do que aconteceu nos trabalhos da Comissão de Educação, através da perspectiva de Florestan Fernandes, fornece uma visão histórica de um momento que parecia de ruptura, transformação e superação da realidade existente, o que sempre acontece em momentos cruciais, como os de transição política, econômica ou cultural de um país.

Como diz o Professor Fico,

> também no Brasil verificou-se, ao longo de sua história, um estado de tensão entre as noções de passado e futuro, história e perspectivas, que, para diversos grupos sociais, dissolver-se-ia com a pressuposição de um venturoso porvir, justificado por um passado cheio de referências a esse tempo que viria. Tal perspectiva, que até o início do corrente século sustentava-se somente nessa equação algo cíclica e tautológica – já que a promessa do futuro amparava-se apenas na sua reiteração –, fez-se mais tangível a partir dos anos 40/50.... (FICO, 1997, p. 73-74).

O Parlamento tem criado uma esperança, e também criado decepções ao longo da História, ou melhor, uma decepção coletiva, quando se mostra

pouco interessado nas questões dos “de baixo”, ao assumir inescrupulosamente seu papel de advogado das elites.

> Percebo que é através do Parlamento que se tem uma visão abrangente da “cara” do país, do que ele quer se tornar, do que ele pensa, pois ali se encontra a sua elite política. É dali que sairá todo um planejamento social que a sociedade como um todo adotará. É dali que o país moderno, evoluído, que quer se superar, é absorvido pelo passado colonial, escravocrata e oligárquico que ressurge e se sobrepõe, o que se percebe nitidamente nos momentos de mudança provocada ou de pressão popular.

O momento de transição que foi a Nova República continua até hoje; ela está se tornando uma transição prolongada, porque teoricamente terminaria com a posse do Presidente eleito democraticamente e empossado em 1990, que foi o Governo Collor, cuja permanência durou apenas dois anos, sendo assegurada depois com a posse de Fernando Henrique Cardoso. Florestan pensa que isto ocorre porque “Na verdade, a ‘Nova’ República paga pelo pecado original. Filha da ditadura e sua herdeira fiel, ela está presa à ‘transição lenta, gradual e segura’ e não pode nem denunciar as origens da crise econômica e tão pouco evadir-se da maldição da

dívida e da subordinação ao imperialismo, por mais que se diga o contrário" (FERNANDES, 1989c, P. 68).

> A Nova República tentou levar até às últimas consequências aquilo que a ditadura pretendeu realizar e não conseguiu. De modo que o papel do atual regime é o de manter todas as políticas preexistentes e buscar, por meio de vários subterfúgios concretizá-las, na medida do possível. Ela solapa as resistências por meios fisiológicos ou pela sonegação de recursos às universidades públicas (FERNANDES, 1989c, P. 108).

É sabido que o lugar da educação no pensamento sociológico de Florestan, na década de 60, estava próximo da "proposta manheiminiana da sociedade planejada, na qual a educação e a ciência teriam, através de seus agentes (os cientistas, intelectuais e educadores), um papel preponderante na promoção do desenvolvimento" (FREITAG, 1986: 169).

Quanto ao interesse que nos move para a feitura do trabalho, no sentido de Habermas, que faz uma reflexão em "Conhecimento e Interesse", salientamos e assumimos uma certa idealização ao pretender colocar a Educação na órbita da política através da Constituinte, procurando respaldo em Florestan Fernandes.

Pretendemos dar à Educação, aos educadores, um conteúdo político em sua pedagogia, em sua função de educar, através do entendimento da construção social de sua prática, de sua atividade, em instâncias que muitas vezes desconhece, e em condições ideológicas, de interesse, para se chegar a um determinado fim.

Ao se colocar o professor como intelectual orgânico, sentido este dado por Gramsci, e que Florestan inclusive simpatiza, pretende-se tornar ilimitado o horizonte cultural do professor, ao capacitá-lo politicamente "para enfrentar e compreender os seus papéis" (FERNANDES, 1986b, P. 20).

Assim, retira-se a neutralidade do professor, não separando-o do cidadão político. Aí ele passa de um instrumento de manipulação, para um profissional cidadão, atuante e participativo, que interfere na realidade social e que também a muda. Se ele não entende seu papel na construção democrática, na mudança social de forma que supere a brutal condição encontrada, ele é co-responsável, pois estará somente reproduzindo conteúdos que mantêm a ordem existente, reprodutora da injustiça, da desigualdade, do atraso.

> "Pensar politicamente é alguma coisa que não se aprende fora da prática. Se o professor pensa que sua tarefa é ensinar o ABC e ignora a pessoa de seus estudantes e as condições em que vivem,

> obviamente não vai aprender a pensar politicamente ou talvez vá agir politicamente em termos conservadores, prendendo a sociedade aos laços do passado, ao subterrâneo da cultura e da economia" (Idem, p. 24).

Por isso, resolvi resgatar a condição da Educação na criação de sua legislação, de suas diretrizes e bases, do norte que é dado pelo poder que deveria, realmente, respeitar a necessidade, a vontade de seus atores.

O conhecimento desse processo, principalmente pelos educadores, os fará assumir um papel político no dia-a-dia, de se posicionarem efetivamente a favor do que acreditam e pensam. A interferência, e a vontade de se fazer ou de se ter presente nas decisões, é o início do que se sonha. Se não quiserem participar do processo como atores, pelo menos saibam escolher esses atores nas eleições, participando da história de uma forma mais consciente. Se não querem participar das regras do jogo, pelo menos conheçam essas regras.

A importância de se estudar Florestan neste contexto é que ele pensava a educação na dimensão da sociedade, e a situava em uma órbita sócio-histórica, como via de democratização da sociedade e na sua transformação.

A efetivação desta educação vista por ele passava por instâncias maiores e por processos políticos de grandes embates. Consideramos o

período estudado como um processo histórico em que se acentuava a globalização. A imutabilidade, e a rápida transformação da educação e da sociedade, na década de 90, tem criado um obscuro caminho quando se pensa que o andamento do processo iniciado em 1987, com a criação da ANC, estava no fim. O início dos trabalhos de elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a tomada de um novo rumo, com a substituição e a entrada de novos senadores, alterando inclusive a relatoria das comissões, torna Darcy Ribeiro relator da Comissão de Educação do Senado, que apresenta e aprova seu substituto, contemplando pouco o que a antiga lei já havia conquistado.

A derrota do Projeto de Florestan, construído democraticamente e com a participação das entidades educacionais, para um outro sem passado e sem respaldo pelas entidades, faz crer que a história se fechou aos anseios populares, e que os representantes de esquerda não souberam, também, trabalhar no limite exigido pelo processo, porque muitas barreiras surgiram dentro do próprio âmbito destes representantes.

A centralização do estudo no aspecto político que está envolvido, confere uma posição de destaque à percepção da sociedade a partir do poder, centro decisório e agregador de diversos problemas e concepções.

Como uma Assembléia Constituinte é um momento singular da história política, pois está envolvida em

transições, aparecem imagens, ou melhor, se criam imagens que nem sempre correspondem aos anseios imediatos dos sujeitos. Esta "percepção de poder, assim, é fenômeno dos mais importantes para o entendimento de atitudes e representações mentais de uma época" (FICO, 1997, P. 54).

O processo chamado "globalização", com a forte concorrência econômica e a exclusão social dos países que não se adequarem a esta nova ordem econômica mundial, através do investimento na formação e capacitação da mão-de-obra e do avanço da tecnologia, força os governantes a investir na Educação como forma de desenvolvimento global. Não que as elites estejam com "sensibilidade social", pelo contrário, percebem o quanto o Brasil está atrasado neste setor, e o que isto representa de entrave para o desenvolvimento, já que país classifica-se entre os de pior índice educacional.

A incompatibilidade de um país de semi-analfabetos e cidadãos desinformados com as necessidades latentes de desenvolvimento para sobreviver entre as grandes nações, tem feito que o Ministério da Educação, de certa maneira, faça propaganda colocando a Educação Básica como prioridade número um do Governo Fernando Henrique Cardoso, e o ensino superior, ciência e tecnologia, como setores secundários. O Brasil sempre está sem saída no rol da importação da tecnologia, porque com padrões mínimos de desenvolvimento trabalha no limite para que possa ter sua mão-de-obra um pouco

mais especializada. É a saída diante da dependência a que estamos eternamente submetidos, e que as leis devam trabalhar no sentido de superar um pouco tais dificuldades, já que grandes avanços são impossíveis.

De alguma forma este trabalho quis tratar o nível do debate político no país, inclusive com alguns objetivos como o de Demerval Saviani, como em Política e Educação No Brasil e A Nova LDB, de perceber o comportamento do Congresso Nacional na elaboração da legislação do ensino, no nosso caso, o debate político a partir de Florestan e o PT, ancorando-se no pensamento de um autor representativo para as ciências sociais, "...para se perceber as circunstâncias históricas, as idéias dominantes, o espaço que ocupou e o grupo a que pertenceu e refletir, sobretudo, sobre as razões que o motivaram a responder sincrônica e diacronicamente aos fatos e acontecimentos de seu tempo" (CHAVES, 1997, P. 3).

Inicialmente, pretendíamos trabalhar o período constitucional (1987-88), pela própria natureza do mesmo, mas a necessidade de analisar todo o processo até a atual Lei de Diretrizes e Bases, aprovada, ocasionou o avanço no tempo até 1996, data de sua aprovação e sanção do Presidente da República, para assim, perceber a evolução desta lei, e seu conjunto.

A própria previsão da transição se daria em 1990, mas os impasses criados pelo Governo Collor

levou a mesma a se efetivar em 1994, e tudo isto afetou o andamento da LDB da Educação Nacional.

CAPÍTULO 1 – BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

> Eu nunca teria sido o sociólogo em que me converti sem o meu passado e sem a socialização pré e extra-escolar que recebi, através das duras lições da vida... (Florestan Fernandes) A transformação da Educação depende, naturalmente, de uma transformação global e profunda da sociedade. (Florestan Fernandes)

1 – O Lugar de Florestan Fernandes nas Ciências Sociais do Brasil

A posição destacada de Florestan Fernandes na Sociologia Brasileira deve-se a um pensamento que inicia "um novo estilo de pensar a realidade social, por meio da qual se torna possível reinterpretar a sociedade e a história, bem como a Sociologia anterior produzida no Brasil" (GADOTTI, 1994, P. 235).

Além de atuar em diferentes campos das ciências sociais, abriu caminho para a atuação profissional dos sociólogos ao defender a participação e a interferência dos intelectuais nos problemas nacionais, através de um saber militante que pelo pensamento colabora na sua transformação. Por isso,

> "Florestan Fernandes é o fundador da Sociologia Crítica no Brasil. Toda a sua produção intelectual está impregnada de um estilo de reflexão que questiona a realidade social e o Pensamento". "A reflexão de Florestan Fernandes sobre os fundamentos lógicos e históricos da explicação sociológica inspira-se nessa perspectiva crítica" (IANNI, 1986: 39: 44).

Ianni diz que a Sociologia de Florestan Fernandes sintetiza as contribuições de 5 fontes. A primeira seria a

Sociologia Clássica e moderna. O diálogo contínuo, aberto e crítico desenvolve-se com os principais sociólogos, ou cientistas sociais, que apresentam alguma contribuição à pesquisa e à interpretação da realidade sociais. Aí estão representantes notáveis das escolas francesas [destaque para Comte, Durkhein¸Bastide etc.], alemã [Weber, Freyer, Manheim etc.], inglesa [Spencer, Malinowski, Radcliffe-Brown etc.] e norte-americana [Parsons, Merton e Wright Mills]. (IDEM, P. 43)

A segunda fonte seria o pensamento marxista:

É contínuo e crescente o diálogo com as obras de Marx, Engels, Lênin, Trotsky e Gramsci, entre outros. (...) A progressiva incorporação do pensamento dialético mostra-se tanto na escolha dos temas quanto no tratamento dado a eles. (...) Criam-se desafios inclusive para os movimentos sociais e os partidos políticos comprometidos com as lutas de grupos e classes populares (IDEM, P. 44).

Como terceira fonte,

é importante a corrente mais crítica do pensamento brasileiro. Em diferentes momentos, manifesta-se um diálogo, explícito ou implícito, com Euclides da Cunha, Lima

Barreto, Manoel Bonfim, Astrogildo Pereira, Graciliano Ramos, Caio Prado Junior e outros cientistas sociais e escritores, inclusive do século XIX. Em diferentes escritos, reencontram-se sugestões, desafios ou temas suscitados pela obra desses autores. Eles compõe uma espécie de família intelectual fundamental e muito característica no pensamento brasileiro. Levam em conta as lutas dos mais diversos setores populares que entram no passado e no presente da sociedade brasileira. Ajudam a recuperar algumas dimensões básicas das condições de existência, de vida e trabalho, do índio, caboclo, escravo, colono, seringueiro, camarada, sitiante, operário e outros, pretéritos e presentes (IDEM, P- 44-45).

Como quarta fonte

é básico o significado dos desafios da época, a começar pelos anos 40. As transformações em curso na sociedade, em termos de urbanização, industrialização, migrações internas, emergência de movimentos sociais e partidos políticos, governos e regimes, sem esquecer as influências externas, criam e recriam desafios práticos e teóricos para muitos (IDEM, P. 45).

Na quinta fonte,

> é fundamental a presença dos grupos e classes sociais que compreendem a maioria do povo, descortinando um panorama social e histórico mais largo do que aquele que aparece no pensamento produzido segundo as perspectivas dos grupos e classes dominantes. É o negro, escravo e livre, isto é, trabalhador braçal, na lavoura e indústria, que descortina um horizonte inesperado, amplo. Ao lado do índio, imigrante, colono, camarada, peão e outros, a presença do negro na história social brasileira desvenda perspectivas fundamentais para a construção do ponto de vista crítico na Sociologia, nas Ciências Sociais e em outras esferas do pensamento brasileiro (IDEM, P. 45-46).

Além dessas cinco fontes principais da Sociologia Crítica fundada por Florestan, Ianni acrescenta outras inspirações:

> a militância política, a reflexão sobre a responsabilidade ética e política do sociólogo, o convívio com o pensamento latino-americano, destacando-se figuras como as de José Martí, José Carlos Mariátegui, Ernesto Che Guevara e assim por diante. Mas aquelas fontes, tomadas em conjunto, sintetizam as matrizes da Sociologia inaugurada por Florestan Fernandes no Brasil. Sociologia Crítica essa que se

> caracteriza como um estilo de pensar a realidade social a partir da raiz (IANNI, P. 46).

Outro intelectual que conviveu com Florestan Fernandes, e por mais de 50 anos, foi Antonio Candido, um dos poucos de sua geração que se encontra vivo. Candido distinguiu a carreira de Florestan em três momentos:

> Houve um Florestan dos anos 40, um Florestan dos anos 50 e um Florestan dos anos 60 a partir do qual a síntese já estava feita. O Florestan dos anos 40 é o da construção do saber, que ao construir o seu constrói a possibilidade de saber dos outros. O Florestan dos anos 50 é o que começa a se apaixonar pela explicação do saber ao mundo, porque, tendo já os instrumentos na mão, se dedica a aplicá-los para compreender os problemas do mundo. O terceiro momento é o do Florestan que, tendo aplicado o saber à compreensão do mundo, transforma-o numa arma de combate. Naturalmente as três etapas estão misturadas, pois sempre houve a terceira na primeira e, a primeira na terceira. Estou me referindo às predominâncias (CANDIDO, 1986, P. 33).

Em suma, a compreensão das fases vividas por Florestan em seu pensamento sociológico é importante para o entendimento de sua prática

intelectual e também para se ter como parâmetro uma reflexão que realmente pensou o Brasil a fundo, foi até às raízes, como nos diz Ianni, olhando o Brasil de uma perspectiva negativa, mas real.

2 – O Lugar da Educação no Pensamento Sociológico de Florestan

A formação pedagógica de Florestan começou desde o início de sua carreira acadêmica, diversificando-se e dirigindo-se para certas tendências conforme ia evoluindo e amadurecendo seu pensamento.

Primeiramente, segundo o próprio Florestan "o trabalho inicial convergia para autores que propunham uma interpretação funcional da Educação (Durkhein, Claparède, Kilpatrick etc.). Através de Manheim e outros autores articulei-me à 'pedagogia libertária'" (FERNANDES, 1989c, P. 8).

Depois, veio suas preocupações com um conhecimento engajado, vindo de um professor, educador ou intelectual que coloca seu ofício para provocar mudança. Dessa forma criticou a pedagogia tradicional, que criava um educador distante do processo social e não engajado na tarefa de transformação da sociedade. Cita nesse caso, Dewey, cujo discípulo Anísio Teixeira, o influenciou também.

Se o professor pensar em mudança, tem que pensar politicamente. Não basta que disponha de uma pitada de sociologia, uma outra de psicologia, ou de

biologia educacional, muitas de didática, para que se torne um agente de mudança. E nesse caso, por exemplo, Dewey e sua escola deram uma prova muito rica de que o pragmatismo norte-americano conseguiu fazer, pensando a escola como instrumento de transformação do meio social ambiente. É muito importante estudar o que foi feito nos Estados Unidos, tentando aproveitar os recursos materiais e culturais do ambiente, para modificar a relação do estudante com a sociedade (IDEM, P. 167).

Com a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a partir dos primeiros trabalhos em 1948, tendo seu auge no final da década de 60 com a criação da Campanha em defesa da Escola Pública, a Educação transformativa a partir do plano teórico começou a ter uma dimensão maior, ou seja, dentro de uma superestrutura, embora exercendo um papel secundário. O tratado de política educacional passa a ser um objeto das preocupações de vários intelectuais, como Florestan Fernandes.

Para delimitar melhor nossa explicação e aproximar mais o tema Educação de Florestan e relacionando-os em seus múltiplos aspectos, utilizarei e explicarei agora a perspectiva dada por Dermeval Saviani ao tema Educação e Florestan Fernandes. Para isso, ele destacou quatro formas que a Educação representou em Florestan, que são as seguintes:

> O primeiro aspecto [a docência] enfoca a figura do professor Florestan, evidenciando o profundo significado educativo que marcou o seu

> magistério. O segundo aspecto[a pesquisa] destaca o lugar ocupado pela educação nas investigações científicas por ele realizadas. O terceiro [a militância] refere-se ao seu engajamento na luta em defesa da educação pública até a sua atuação como deputado federal. Finalmente, o quarto aspecto [a publicística] coloca em evidência o publicista incansável, empenhado em divulgar sob todas as formas a seu alcance, a causa da defesa de uma escola pública de qualidade acessível a todos os brasileiros (SAVIANI, 1996, P. 71).

Florestan acredita que não existe Estado e sociedade democrática sem uma Educação democrática. Baseando-se nesta afirmação em Anísio Teixeira, vê a escola pública gratuita como única capaz de possui condição para a ocorrência da democracia. Vê a Educação como responsável pela criação de consciência nas pessoas: "O homem precisa ter consciência de si próprio como indivíduo e como classe, para o bem e para o mal, para a transformação e para a conservação da sociedade. Mas precisa ter consciência. E essa consciência se adquire através da educação" (FERNANDES, 1991, P. 30-31), mas não de uma educação burguesa e que "obedeça apenas à fórmula abstrata da 'educação para um mundo em mudança', mas sim da educação como meio de auto-emancipação coletiva dos oprimidos e de conquista do poder pelos trabalhadores" (FERNANDES, 1989c, P. 10).

Para isso, para Florestan é importante a Educação estar vinculada ao pensamento socialista para se tornar objeto de transformação.

A educação não está encarnada no até aqui. Ela terá de ser a chave da construção coletiva de formas mais simples e compensadoras de sociedade e de civilização. A conexão com o socialismo não se evidencia a todos os olhares. As fantasias sobre o futuro arrancam do que há de mais escabroso e potencialmente fascista no solo e no subsolo da civilização capitalista, em seu clímax e ocaso. Ela mergulhou no caos e enfrenta uma dualidade de poder que opõe o Estado ao crime organizado em escala mundial. Os dois se associam e se aniquilam reciprocamente. A opção que sobra procede da utopia repudiada. O socialismo configura-se como fundamento de outro tipo de educação e de uma nova civilização, calcada em valores que acabem com a objetificação e a desumanização do homem pelo homem (FERNANDES, 1990a).

Então,

o socialismo pode ensinar alguma coisa que o capitalismo ainda não aprendeu. O nosso grande problema é o de pensarmos a Educação dentro dos ardis e da armadilha das elites intelectuais das classes dominantes, que nunca se preocuparam em resolver o problema educacional. Quando surgiram condições para que esses problemas fossem resolvidos, elas desabaram sobre as pessoas e os grupos que

> lutaram por essa solução e os varreram do mapa (FERNANDES, 1991, P. 53).

Por isso,

> nós temos de criar condições para corrigir e superar o desenvolvimento desigual, porque ele elimina a cultura cívica, ele torna a sociedade civil não civilizada, ele aumenta o poder dos privilegiados e das nações que drenam os recursos materiais e humanos do Brasil para as suas economias (Idem, P. 59-60).

A questão da Educação para Florestan Fernandes sempre foi uma preocupação, além dos conteúdos voltados para uma em moldes socialistas e capazes de transformar a realidade social. Então a questão que se coloca é o de uma 'democratização do ensino'.

> Aí, o que vem a ser "democratização do ensino"? Através desse conceito, pretende-se assinalar coisas que são distintas, como a universalização de certas oportunidades educacionais, a transformação das técnicas e dos métodos pedagógicos ou uma interação aberta e construtiva da escola com as necessidades e os interesses sociais dos círculos humanos que ela sirva. Em termos sociológicos, o aspecto central do processo de democratização do ensino está na distribuição equitativa das oportunidades educacionais. Um país tende a democratizar seu

> sistema de ensino quando procura atenuar ou abolir as barreiras extra-educacionais que restrinjam o uso do direito à educação e o convertam, aberta ou disfarçadamente, em privilégio educacional (FERNANDES, 1966, P. 123).

Outra vertente no pensamento educacional de Florestan refere-se à educação do trabalhador, pelo fato de considerá-lo, como em Marx, a principal força revolucionária e, por isso, a idéia de que ele tem de estar preparado, informado e consciente de seu papel e dessa mesma força. A educação como força capaz de produzir consciência nas pessoas e em especial nos trabalhadores, precisa superar o modelo de escola burguesa que não atende ao estudante-trabalhador, o que realmente faz quando o traz para seu meio, ou o exclui ou o expulsa, não atendendo a sua necessidade educacional e muito menos não se constituindo numa oportunidade de superação de sua situação. Quanto à Educação dos trabalhadores, Florestan diz o seguinte:

> o trabalhador tem tanta necessidade de cultura quanto aquele que não é trabalhador, aquele que é proprietário dos meios de produção têm capacidade de comandar, a arrogância de mandar etc.? Porque eles aprendem nas escolas uma educação de classe e adquirem uma cultura geral que é uma cultura formativa. Temos de dar

> ao trabalhador essa mesma educação. O educador precisa conhecer o mundo e, para isso, não basta dar ao trabalhador adestramento na situação de trabalho, a escolaridade técnica. Ele precisa, inclusive, se possível, percorrer todos os graus de ensino (FERNANDES, 1991, P. 49).

Em um depoimento no INEP trata também da educação com os movimentos sociais e na relação com a escola e os mestres.

> Vocês podem dizer que não está em questão uma Educação dissociada do movimento das classes trabalhadoras. Não pode ser. Nós não vivemos num paraíso, o professor não pode estar numa redoma. A escola e a sala de aula estão localizadas em bairros miseráveis, em bairros pobres, em bairros nos quais o desenvolvimento desigual apresenta sua face mais perversa (Idem, P. 51).

Na segunda parte deste sub-capítulo tratarei de aspectos intimamente relacionados com Florestan Fernandes e a Educação, destacando alguns aspectos pessoais que mostram porque a Educação sempre foi uma preocupação constante em Florestan.

> A educação sempre fez parte de minhas cogitações intelectuais e práticas (...) Precisei tratar de sociologia educacional e de sociologia

> do conhecimento, explorando autores que abriram novos horizontes em minha mente. (...) Sou, pois, um não-especialista longamente engolfado nas lutas pedagógicas (FERNANDES, 1989c, P 7).

A educação para Florestan tem vários significados pessoais que o fizeram enfrentar todos os problemas culturais e superar suas deficiências educacionais e sociais. Muito se pergunta como ele chegou lá, como entrou na USP, especificamente na Faculdade de Filosofia, onde a maioria das aulas eram dadas em francês; ele que teve falhas no ensino, e que, depois de formado, entra nesta mesma Universidade e em dez anos percorre toda a carreira acadêmica.

Ele mesmo fala de como entrou na faculdade de Filosofia: "... cheguei lá, exatamente por causa da minha privação (...); dos grandes homens humildes que conheci, jovens e velhos; e que nunca foram nada, porque estavam privados do conhecimento, porque não tiveram meios para se educar" (FERNANDES, 1991, P. 45).

Quanto ao sociólogo que se tornou, principalmente o mais importante no Brasil e na América Latina, diz que "eu nunca teria sido o sociólogo em que me converti sem o meu passado e sem a socialização pré e extra-escolar que recebi, através das duras lições da vida..." (FERNANDES, 1977). Esta ausência na infância de uma maior

contato com o mundo através dos seus meios de intervenção, podem ter levado Florestan a dar voz aos "de baixo" através da imprensa, com suas análises críticas da sociedade burguesa e sua intervenção sempre a favor dos menos favorecidos e de suas causas.

A seguir transcrevo uma longa citação retirada de um artigo que Saviani (já citado) fez de Florestan relacionado com a educação e que explica muito bem o que anteriormente havia citado. A transcrição começa com Florestan e termina com Saviani explicando a passagem:

> "O ensino de sociologia e a pesquisa sociológica dobraram o meu rude individualismo, forçando-me a travar as últimas batalhas que assinalam o aparecimento de uma segunda natureza dentro de mim, a qual se confunde com o "professor" e o "sociólogo" em que converti, inteiramente voltado para fora, para os "problemas dos outros", os "dilemas de nossa época" e o "controle racional da mudança social" (FERNANDES, 1972, P. 171).

> "Ao considerar que o ensino de sociologia e a pesquisa sociológica provocaram o "aparecimento de uma segunda natureza humana dentro de mim", Florestan está apontando para a essência da educação, isto é, um processo que visa à transformação interna

> dos sujeitos pela incorporação de elementos que não são dados naturalmente e nem adquiridos espontaneamente mas que, uma vez incorporados pela mediação da ação educativa, passam a operar como se fossem naturais. (...) Trata-se, consequentemente, de uma segunda natureza construída pela educação sobre a base da primeira natureza transmitida por códigos genéticos e pela tradição espontânea" (SAVIANI, 1996, P. 73).

No que se refere à pesquisa, Florestan encontrou uma forma de tornar o ensino algo mais estimulante e de obter um ponto de convergência entre o cientista e o militante, "à medida em que o instrumental teórico, empírico e analítico amealhado pelo cientista era posto a serviço da militância" (IDEM, P. 83). Saviani aborda também a importância do publicista, assim como do militante na influência sobre a trajetória do cientista. A relação aluno-professor foi conseguida por Florestan através da pesquisa.

> Como o pesquisador, o professor precisa reduzir o conhecimento acumulado previamente ao que é essencial e, mais que o pesquisador, deve defrontar-se com o dever de expor tal conhecimento de modo claro, conciso e elegante (...) Ao atingir esse patamar, o ensino perdeu, para mim, o caráter de um "fardo" e a relação

> com os estudantes passou a ser altamente provocativa e estimulante para o meu progresso teórico como sociólogo (FERNANDES, 1977, A Sociologia no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1977) (SAVIANI, 1966, P. 74).

Enfim, tentei traçar o perfil educacional de Florestan através das manifestações ocorridas nas 4 faces que tiveram sua prática: a de professor, cientista, militante e publicista da Educação, faces que se mantiveram em outras práticas fora desta e que mostraram a coerência deste intelectual em toda sua trajetória.

A defesa da Educação foi sua principal bandeira no Processo Constituinte, pois a considerava como o problema mais grave do Brasil, quando na sessão da Câmara do dia 13-08-87 falou com dados concludentes sobre a questão. Uma solução para esse impasse, para ele, é a manutenção da escola pública e gratuita, que permitisse o acesso de milhares de pobres miseráveis condenados ao analfabetismo, e que equilibraria a chamada 8ª economia do mundo, com o pior índice de analfabetismo do planeta. Grande disparidade. Tratou também da questão da evasão escolar, que na verdade é a expulsão de estudantes que não encontram nas escolas o aconchego para sua classe, e que não podem por lá permanecer, pois não lhe oferecem comida e assistência.

A Constituição, como Florestan afirma, poderá reverter o quadro tratado, e corrigir as desigualdades, desde que construa um projeto "com visão pedagógica com a amplitude histórica e constitucional indicada" (Idem, p. 35), como é o caso do projeto petista.

Florestan tratava a educação, também, com uma visão humanizadora, como foi o caso na sessão da Câmara dos Deputados do dia 2-12-92: "A grandeza do homem se define por sua imaginação. E sem uma educação de primeira qualidade, a imaginação é pobre e incapaz de dar ao homem instrumentos para transformar o mundo" (FERNANDES, 1993, p. 25).

Na questão da Educação de jovens e adultos, o projeto da Câmara em seu capítulo XII, que trata da educação básica de jovens e adultos trabalhadores, havia proposta que beneficiava estes estudantes-trabalhadores ao dar a eles educação no momento que trabalhavam, além de "pequenas vantagens, como, por exemplo, o estudante trabalhador ter a oportunidade de sair do trabalho duas horas antes, se necessário, para ir à escola e desenvolver seus estudos. Ou então, uma vez por semana, ter algumas horas para estudar, sem prejuízo de seus vencimentos" (Idem, p. 26-27). Porém, houve a supressão do mesmo, e Florestan diz que assim "... abre-se margem a considerações a respeito de atitudes arraigadas entre as nossas elites, inclusive

dentro desta Casa, no que se relaciona à educação popular" (Idem, p. 27).

Em suma, a questão principal do pensamento educacional de Florestan Fernandes é que "O ensino público crescerá com a democracia" (FERNANDES, 1988, P. 36).

3 – A Construção do Intelectual Militante

A construção do sociólogo ou intelectual militante foi em Florestan um processo gradual que teve seu término nos anos 60, como salienta Antonio Candido: "O sociólogo, o pensador e o militante unidos num só tipo de atividade, vai agora se configurar como cientista cujo ato de construção intelectual já é um ato político" (CANDIDO, 1986, P. 35).

No caso da USP, devemos lembrar que naquele tempo (década de 60) era muito grande a separação entre o professor universitário e o militante político, porque o professor "... não era um militante, era uma pessoa que transmitia um conhecimento produzido e era capaz de informar sobre as tendências principais do seu campo de trabalho, as relações da sua matéria com outras matérias afins" (FERNANDES, 1989c, P. 105).

Aí entra em debate, também, sobre a neutralidade em sala de aula e a separação entre o cientista e o intelectual:

> Como um professor pode ser neutro na sala de aula? Como um investigador pode ser neutro em suas pesquisas? (...) Esse debate sobre neutralidade ética implica a idéia de uma responsabilidade intelectual (...) Ele não é colocado numa relação de tensão, mas de acomodação. E quando ele abre o caminho da tensão, abre por outras vias ..(..) A essa concepção correspondem a idéia de que era necessário separar o cidadão do cientista e do professor (...) O cidadão está num lado, o educador está em outro. Entretanto, o principal elemento na condição humana do professor é o cidadão. Se o professor não tiver em si a figura forte do cidadão, acaba se tornando instrumental para qualquer manipulação, seja ela democrática ou totalitária (FERNANDES, 1989c, P. 163).

Um momento definitivo para a mudança desse conceito de intelectual ou de cientista preso em seu gabinete foi com a Campanha em Defesa da Escola Pública, que muda a definição e o papel deste novo intelectual quando na atuação direta com a sociedade. Florestan fez parte deste movimento e se mostrou um militante perspicaz e objetivo, ou um modelo de um novo intelectual e de como ele devia contribuir socialmente de agora para frente. No momento da Campanha, porém, há uma maior conscientização e há diversos debates intelectuais.

Enfim, “a participação na Campanha em Defesa da escola Pública descortina novas possibilidades e responsabilidades do intelectual(...) Um movimento que desvenda muitos recantos da sociedade e da história” (IANNI, 1986, P. 46).

A radicalidade de Florestan Fernandes e sua liderança intelectual faz com que os novos tempos dêem novos rumos a este papel:

> Ele arranca o sociólogo do “gabinete” integrando-o nos processos de mudança social, fazendo-o sentir como alguém que possui o que dizer e que, eventualmente, poderá ser ouvido. Ele não se sente confinado, posto à margem; entendido ou não, bem ou mal aproveitado – nunca fica fora do processo de crescimento coletivo, a menos que o deseje e lute por isso (FLORESTAN FERNANDES); (MOTA, 1986, P. 181).

Para Florestan, o intelectual precisa sair de seu mundo específico, para ser posto dentro dos problemas da sociedade, em nome de interesses de outras classes (FERNANDES, 1989c, P. 116). O intelectual tem duas opções: “O intelectual, ou acaba sendo um prisioneiro das elites hegemônicas das classes dominantes, ou transita em nome de causas que são avançadas mas não têm dinamismo próprio” (FERNANDES, 1983, P. 117). A Universidade dos anos 60 era muito “concorrida” em termos de espaço político para a sociedade, ao debater os

problemas sociais com a sociedade. A crítica também era muito intensa, e a politização de seus membros, também. Então, para Florestan

> a tentativa de isolar os chamados "radicais", de criar um completo silêncio nas atividades intelectuais, começa também antes e é interessante isso porque permite um paralelo. Fazer uma conferência na USP, por exemplo, não era ficar falando para os estudantes e para os professores. Ia muita gente de fora assistir, os jornais noticiavam, havia publicidade, havia também repercussão em entrevistas, debates etc. Hoje, em qualquer lugar que se vá, conferências muito importantes ficam confinadas ao público universitário (...) Só "gente de casa" (FERNANDES, 1989c, P. 180).

Com respeito à posição do intelectual, preso a certas limitações, no caso de Fernandes, ele a definiu de suas maneiras:

> Imaginariamente, mantive-me como intelectual orgânico dos oprimidos e dos trabalhadores, onde se lançam as raízes psicológicas mais profundas de minhas origens. Intelectualmente, fiquei preso ao 'mundo da universidade' e às limitações que ele opõe ao radicalismo intelectual e a uma pedagogia socialista (FERNANDES, 1989c, P. 8).

Outra saída para o intelectual militante para dar voz de consciência para os "de baixo" e assim começar o seu caminho para a emancipação, seria divulgar suas descobertas através da imprensa, através do difícil e mal amado ofício de publicista. "Florestan, ao longo de sua trajetória, frequentou assiduamente a imprensa escrita, divulgando incansavelmente um saber crítico da sociedade encarado como instrumento para a necessária ação transformadora a ser protagonizada pelos de baixo" (SAVIANI, 1996, P. 82).

Em seu livro *Educação e Sociedade no Brasil*, Florestan traça um perfil do sociólogo militante, que estava inclusive adentrando no movimento que foi a Campanha:

> Como sociólogo, supomos que a nossa contribuição principal deve voltar-se para o esclarecimento do homem comum, em particular do chamado homem do povo, a única vítima inexorável do nosso descalabro educacional, e dos setores mais atuantes das classes médias urbanas" (FERNANDES, 1966, P. 95).

E acrescenta que se sentiu estar a frente de seus colegas de infância que passaram por um sistema de exclusão extremado,

> Tudo se passou como se me transformasse de um momento para outro, em porta-voz das frustrações e da revolta dos meus antigos companheiros da infância e da juventude. O meu estado de espirito fez com que o professor universitário falasse em nome do filho da antiga criada e lavadeira portuguesa, o qual teve de ganhar a sua vida antes mesmo de completar sete anos, engraxando sapatos ou dedicando-se a outras ocupações igualmente degradadas, de maneira severa, naquela época" (FERNANDES, 1966, P. XIX).

Em suma, a construção do intelectual militante em Florestan Fernandes foi a convergência de vários fatores e de várias situações históricas em que o intelectual e a sociedade tiveram de se ajustar, de se posicionar e de enfrentar. No caso do intelectual, primeiramente ele somente dava diagnósticos da situação sem interferir para tentar atuar. Depois, começou a diagnosticar e ao mesmo tempo atuando, ao acompanhar todo o processo e tentando levar as 'coisas' de uma maneira mais prática e atuante.

Florestan foi este intelectual que enfrentou vários papéis como intelectual: o de intelectual (na acepção maior da palavra) e a do de militante, que transforma o saber em saber militante, e sua posição de intelectual como intelectual militante.

4 – A Campanha em Defesa da Escola Pública e a Participação de Florestan Fernandes

A) Antecedentes da Campanha

A partir da criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), por Anísio Teixeira, a Educação foi vinculada às preocupações nacionais, através de vários estudos, debates divulgados inclusive na Imprensa e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, criada por Lourenço Filho em 1944.

Temas suscitados como subaproveitamento de fatores e recursos educacionais, herança educacional, levaram vários educadores, e principalmente cientistas sociais, a colocar a Educação entre os problemas sociais, pois não se podia esperar muito de uma educação ainda ligada ao antigo sistema senhorial.

O resultado de tudo isto é o desperdício de recursos materiais e humanos, que não atende às necessidades de uma sociedade em rápida transformação, e uma Educação que não pensa no futuro, no sentido de emancipação e transformação para seguir as exigências na construção de uma sociedade democrática, mas que pensa o passado e corresponde somente às exigências deste sistema, elitista e imóvel.

A educação como fator de mudança social era pregada por Florestan Fernandes, pois dizia: “O

essencial é que se entenda que não há nem *crescimento econômico*, nem desenvolvimento social nem *progresso cultural* sem uma paralela integração das escolas nos processos de mudança social" (FERNANDES, 1966, P. 95).

Então, para colocar a Educação na condição de reguladora de uma sociedade em transformação seria necessário colocá-la como um problema social, que os cientistas sociais perceberam e melhor que os educadores e os leigos.

> a educação afeta as condições de existência humana como problema social, sem que o homem possa enfrentá-lo como tal, isto é, através de técnicas de atuação social adequadas.(...) Enquanto a educação não se converte objetiva, subjetiva e praticamente em *problema social*, os homens não lutam por ela socialmente nem a integram quanto às formas, aos conteúdos e às funções nos processos histórico-culturais de transformação da ordem social" (FERNANDES, 1966, P. 11).

Para superar todo este atraso, pregava a necessidade de conversão do Estado em Estado-Educador, que fosse além da criação de escolas e fiscalização, alterando sua filosofia e organização, e assim estancar a falta de recursos, má organização e administração, de modo que torne a escola capacitada a empregar em seus quadros mais alunos,

principalmente das classes mais baixas, que sofrem, além do problema da exclusão, a sua expulsão, provocadas pela inadequação e inadaptação de parcela carente que é expulsa da escola por não ter uma escola projetada para seus interesses, mas para os interesses de uma elite.

A reversão deste quadro era o que pretendiam os participantes e simpatizantes da Campanha em Defesa da Escola Pública, as tentarem colocar a Educação no rol das preocupações da sociedade, ao colocarem-na como um problema-social e a fazerem as pessoas reagirem à imposição das classes dominantes ao tentarem o "Golpe da Educação" através do substituto Lacerda.

B) A Participação de Florestan Fernandes na Campanha

O movimento em torno da Campanha em Defesa da Escola Pública foi amplamente relatada na obra de Florestan Fernandes *Educação e Sociedade no Brasil*, publicada em 1966.

Além de estudos empíricos, inclusive com o uso de quadros e tabelas que descrevem o sistema educacional brasileiro e suas deficiências ou dificuldades de aproveitar os recursos escassos destinados à educação, também

> exploram conhecimentos teóricos ou possuem natureza teórica, voltados para a caracterização

> das funções sociais da educação espontânea; da educação escolarizada, ou para certas tendências que permitem compreender objetivamente as relações entre a escola, a ordem social e a mudança social no Brasil (FERNANDES, 1966, nota da editora).

Foi principalmente o contexto da Campanha que fez surgir Florestan como liderança e a criação de um novo perfil de intelectual, o intelectual militante, aquele que sai do gabinete e se joga à participação das grandes questões e movimentos que a sociedade requer.

C) A Motivação para a Campanha

Em 26 de Novembro de 1958 o Deputado Carlos Lacerda, por intermédio de seu colega Perilo Teixeira, apresenta um substituto ao projeto já conduzido e elaborado por educadores respeitados e com amplo apoio de grupos progressistas e democráticos.

Porém, oriundo de uma Conspiração dos proprietários de escolas privadas que o clero católico administra, o substituto Lacerda ameaçava em muito a Escola Pública, e foi o que boa parte dos intelectuais, inclusive daqueles que elaboraram o Projeto já encaminhado, percebera, em função do conhecimento do sistema democrático falho que

possuímos e o Legislativo composto por ou preso a grupos reacionários e retrógrados.

A solução foi sair para o embate e a situação

> insurgia um movimento logo constituído como Campanha em Defesa da Escola Pública, liderado por educadores da velha geração dos 'pioneiros' agora coadjuvados por profissionais de outros ramos, intelectuais, estudantes e líderes sindicais. Seu centro de atuação e irradiação foi a Universidade de São Paulo (OLIVEIRA ROMANELLI, 1982, P. 176).

D) Início da Luta

A "Campanha em Defesa da Escola Pública" surgiu informalmente quando da discussão e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, substituto Lacerda, que não ia ao encontro dos ideais de educadores que, desde o início da movimentação em torno de sua criação, acompanhavam o processo.

Como muitos educadores já estavam envolvidos na discussão, e principalmente na criação de um Projeto que, através do Estado-Educador, privilegiasse a educação escolarizada, tornando o acesso e a permanência cada vez maior das classes mais baixas, não aceitaram esta "ofensa" das elites, e a indignação foi geral em quase todos os círculos da

sociedade brasileira que manifestaram a intenção de derrubar este substituto.

Em torno desta indignação, realizou-se em São Paulo a I Convenção Estadual de Defesa da Escola Pública, de onde saiu formalizada a Campanha com o interesse de torná-la realidade em todas as regiões do país.

A mobilização foi tão grande que, desde o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, em 1932, jamais se vira semelhante movimento de opinião em torno dos problemas educacionais brasileiros.

Contudo, a oposição ao Projeto de lei sobre as "Diretrizes e Bases da Educação Nacional", "não foi senão o episódio que desencadeou esse movimento de idéias e de luta pela reconstrução educacional no país" (FERNANDES, 1966, P. 355).

E) Esquema da Campanha

Foi criado um grupo de trabalho que tinha a seguinte atuação e competência para levar a Campanha aos seus objetivos desejados:

> o grupo de planejamento sugere à Comissão Executiva: 1o) a adoção de um esquema organizatório bastante plástico para conquistar adesões e pronunciamentos em todos os setores de nossa sociedade (...) 2o) a formação de uma literatura sobre os problemas educacionais brasileiros escrita com simplicidade mas com

> espírito positivo e objetividade, que sirva como fonte de esclarecimento de todos e meio de preparação dos aderentes da campanha mais atuantes (...) 3o) a constituição de uma comissão de coordenação, contatos e propaganda (...) para cuidar da aplicação dos planos feitos e do desenvolvimento prático da campanha da Defesa da Escola Pública" (FERNANDES, 1966, P. 358).

F) Objetivos

Florestan Fernandes assinalou muito bem em *Educação e Sociedade* os objetivos e as pretensões da Campanha:

> nosso objetivo central é a qualidade e a eficácia do ensino. Se defendemos a Escola Pública, fazêmo-lo porque ela oferece condições mais propícias (...) de produzir bom ensino. (...) pretendemos impedir que o Estado democrático continue prisioneiro de interesses particularistas na esfera da educação. (...) pretendemos esclarecer e alertar as opiniões, para que todos os cidadãos patriotas e responsáveis (...) venham a preocupar-se com os problemas educacionais brasileiros e com sua solução, colocando-se em condições de influenciar, pelos mecanismos normais do regime democrático, as

> decisões e orientações dos partidos e do Governo nesse campo (FERNANDES, 1966, P. 356).

A atuação e a organização desta campanha foi tão ampla que o prof. Fausto Castilho, em sessão plenária da I Convenção de Defesa da Escola Pública, sugeriu o envio de uma delegação especial da Comissão Estadual de Defesa da Escola Pública (de São Paulo) à nova capital para "pressionar os parlamentares para votar a proposta que defendiam e descartar em definitivo o substituto Lacerda" (Idem, P. 515).

O proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*, Júlio Mesquita Filho, que apoiava a Campanha, levantou fundos para a ida desta comitiva à Brasília.

> Foi composta uma comissão de 5 membros, entre os representantes de entidades, e Florestan Fernandes convocou uma comissão de especialistas para estudar e estabelecer o plano de trabalho a ser seguido em Brasília, constituído pelos Professores Laerte Ramos de Carvalho, Fernando Henrique Cardoso, Roque Spencer Maciel de Barros, João Villa Lobos e José de Arruda Penteado (Idem, p. 516).

O Congresso não foi tão acolhedor quanto às reivindicações desta comitiva por já estar comprometido com outras opiniões, e a única opção que ainda restava era o veto do Presidente João

Goulart. Na última parte deste item, os resultados obtidos com a Campanha.

G) Tendências e Grupos Entre os Integrantes da Campanha

A Campanha teve grande mérito de fazer convergir diversas parcelas da sociedade, inclusive divergentes em vários aspectos religiosos, políticos, culturais etc.

Saviani elaborou em seu artigo sobre Florestan e a Educação as tendências principais entre os defensores da Escola Pública. Por isto transcrevo-o na íntegra, pela sua clareza e pela importância:

> os liberais pragmatistas, provém do movimento da Escola Nova e se encontram na origem do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional elaborado em 1948, depois os liberais-idealistas, composto por professores da USP ligados ao Jornal *O Estado de São Paulo*, e no terceiro grupo os de tendência socialista, que se situavam os professores ligados a Florestan Fernandes através da cadeira de Sociologia, como Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni além de outros não vinculados à referida cadeira, como Wilson Cantoni (SAVIANI, jan./abr. 96, P. 80).

Quanto à sua crença ideológica,

Os dois primeiros grupos têm em comum a referência ao liberalismo, mas se distinguem quanto ao modo como encaram a ideologia liberal. Os liberais idealistas partem de uma idéia essencialista do homem, encarado como um ser de caráter absoluto e sagrado que se afirma como indivíduo dotado de liberdade, originalidade e autonomia. (...) a educação deve ter como objeto supremo a afirmação da liberdade, originalidade e autonomia ética do indivíduo. Os liberais-pragmatistas, por sua vez, partem de uma visão de homem centrada na vida, a existência, na atividade (...) Defendem a escola pública em função de sua maior eficiência para responder às necessidades postas pela sociedade constituída já que, para eles, cabe à educação a tarefa de adequar os indivíduos à sociedade. Já a tendência socialista, partindo da consideração de que os homens constituem, social e historicamente, um processo de superação do subdesenvolvimento econômico, social, político e cultural próprio da sociedade brasileira. (...) enquanto na visão de educação dos liberais-idealistas o indivíduo tem precedência sobre a sociedade e os liberais-pragmatistas buscam educar os indivíduos, para ajustá-los à sociedade em mudança, os de tendência socialista entendem a educação em suas relações recíprocas com a sociedade o que significa que o processo educativo deve ser

> dirigido não apenas à adaptação mas à transformação social (SAVIANI, jan./abr. 96, P. 80).

H) A Campanha e a sua Importância para a Universidade

A Universidade ficou fortalecida com a Campanha, porque através de seus representantes, levantou a bandeira do movimento, ao exercer um papel mobilizador, agregador das exigências da sociedade para com a Educação.

Conseguiu atrair para sua causa aqueles que estavam fora de seus muros, inclusive grupos rivais com os princípios da Universidade, e encheu seus auditórios que se resumiam à presença de professores e alunos, pessoas interessadas na mesma causa e a imprensa, trazendo e levando o debate para fora de seus muros.

Além disso, Como relata F. H. Cardoso,

> esta campanha (...) foi uma mobilização intensíssima, uma mobilização que nos levou àquilo que era raro: o encontro entre a universidade e os trabalhadores. Andamos por escolas, andamos pelo interior pregando, discutindo modificações concretas em uma lei que iria dar as normas fundamentais ao processo educativo no Brasil (CARDOSO, 1986, p. 25).

Enfim, a Campanha deu um novo sentido aos membros da Universidade, o de colocar o intelectual, o profissional em uma encruzilhada que não poderia escapar, dependendo disto sua própria sobrevivência, já que as exigências sociais destacavam para estes um novo papel a cumprir: o de se posicionar nas questões da sociedade, na participação e no controle imposto por uma incipiente mentalidade democrática que surgia.

I) Término: Os Resultados

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases em 1960, esta que teve vigor até a Constituição de 1988, representou uma surpresa para os empenhados na luta em defesa da educação pública, principalmente com a sanção do Presidente João Goulart.

Primeiro, vamos fazer um paralelo com outro movimento surgido no final dos anos 80, o Fórum Nacional Em Defesa da escola Pública porque "em ambas estavam presentes os ideais de democratização das oportunidades educacionais, a liberdade e a gratuidade do ensino público, a descentralização do poder" (FERNANDES, 1989c, P. 107), e ver este momento não somente como uma derrota, mas um movimento que trouxe a educação para um debate nacional colocando-a como questão nacional, porque

> seduziu muito a população em geral. Dela participaram desde espíritas, maçons, católicos que não eram tradicionalistas, até diferentes correntes partidárias. Havia um ecletismo e um movimento de massa. A campanha que culminou com a Constituinte foi mais fechada dentro da cidadela do ensino (Idem).

É evidente que perdemos uma grande oportunidade histórica de modernizar a educação, colocando-a no eixo que uma nova ordem social de caráter democrático impunha. Confirmou, também, que a maioria dos políticos ainda se curva aos círculos reacionários, ao não corresponder às responsabilidades impostas pela Constituinte de 1946, a de dar um "pontapé" numa revolução educacional que necessitava ser feita naquele momento, porque o sistema educacional não suportava mais as deficiências acumuladas em um longo período; a Educação estava no limite, ou provocava uma mudança em seu eixo rápida e intensamente, ou regrediríamos em muito neste campo. Foi o que aconteceu, e a história da educação brasileira provou, pois chegamos no início da década de 90 entre os oito (8) países economicamente maiores, entre os oitenta e sete (87) com pior índice educacional e entre os dois (2) com a pior distribuição de renda. Será que fosse efetivada a revolução educacional pretendida pelos

participantes da Campanha em Defesa da Escola Pública a história ou os índices não seriam outros? 19

5 – Algumas Considerações Sobre:

A) Universidade

Devemos mostrar algumas variações que ocorreram no pensamento de Florestan Fernandes quanto à sua opinião sobre a atuação, importância e a força transformativa dada a Universidade.

Na década de 60 pregava a necessidade de mudança da universidade: "precisamos mudar o padrão brasileiro de escola superior, que divorcia o labor intelectual universitário da pesquisa, da produção original e do progresso tecnológico, essenciais aos anseios de autonomia econômica, cultural e política da sociedade brasileira' (FERNANDES, 1966, P. 355).

O próprio fato da Universidade estar tendendo para o ensino e não para a pesquisa, não havendo uma indissociabilidade entre ensino-pesquisa, torna a universidade uma mera reprodutora de saber, um espaço onde não impera a criatividade e a originalidade, incapaz de provocar qualquer mudança social.

Mesmo com todos os problemas que a universidade possui, "Em sua **fase acadêmico-reformista**, Florestan Fernandes atribui à universidade um peso decisivo na democratização e

reestruturação da sociedade brasileira" (FREITAG, 1986, P. 178). Devo lembrar, conforme já foi comentado em outra parte, que a orientação teórica de Florestan neste período está calcada principalmente em Freyer e Manhein, que pensam a Universidade como um espaço de planejamento social capaz de provocar desenvolvimento.

Com os acontecimentos ocorridos após 1969, na sua fase **político-revolucionária**, sua opinião muda em relação à universidade, principalmente pelo que enfrenta dentro da universidade, uma instituição que foi incapaz de conter suas tendências reacionárias e burguesas, sem força para conter o afastamento compulsivo dos professores considerados "perigosos" pelo sistema implantado depois de 1964.

O lado crítico, inovador e progressista da universidade perdeu a luta para o lado reacionário e atrasado que, associado às forças externas do regime militar, destituíram a universidade da força capaz de propor soluções às necessidades da sociedade brasileira.

A reforma universitária, que para Florestan Fernandes foi uma anti-reforma, foi o canal utilizado pela ditadura para apagar a chama de mudança que brotava em alguns setores universitários (FERNANDES, 1989c, P. 106). Através da ampliação de vagas no ensino superior, e uma massificação, tornou o espírito crítico "achatado no meio de uma porção de estudantes que compartilhavam interesses pessoais distintos e até contraditórios" (idem). A última etapa

deste desmantelo da universidade pública foi a liberação para a expansão do ensino privado.

A justificativa apontada por Florestan nesta empreitada que foi negativa para a universidade resume-se no seguinte: "As classes burguesas, principalmente certo nível de empresários, dos militares, da burocracia, da tecnocracia, estavam identificados com esse objetivo. Criaram uma universidade despolitizada, uma universidade acrítica, uma universidade técnica" (FERNANDES, 1989c, P. 181).

Mas a questão principal que devemos colocar para este trabalho é a situação dada à universidade como espaço de transformação, e de revolução, e o papel exercido por um intelectual atuante dentro desta instituição.

> A revolução não se faz dentro da universidade. A universidade é uma instituição conservadora. Ela pode ter uma amplitude de liberdade que outras instituições não possuem. Mas essa Liberdade é insuficiente para que nós, a partir daqui, geremos transformações no resto da sociedade. O resto da sociedade vai nos esmagar, vai nos abafar; e foi o que aconteceu (FERNANDES, 1989c, P. 246).

E para Florestan chegar a esta conclusão, custou-lhe muito caro em termos pessoais. A sua

relação com a Universidade sempre foi muito disputada pela sua condição de militante:

> o militante existia e estava ofuscado pelo universitário; eu me concentrei realmente no trabalho universitário e na pesquisa, na produção teórica e no ensino (...) A segunda ditadura (de 64) vai me pôr em causa de maneira muito forte porque eu vi que era da universidade que tinha de partir um combate concentrado à ditadura, de maior envergadura. Por isso, me liguei a vários grupos (FERNANDES, 1983, P. 81).

A questão na sua relação com a Universidade torna-se problemática quando o militante supera o universitário, o intelectual, e assim, saindo da redoma que o protege, fica vulnerável a diversas forças contrárias a isto que atuam inclusive na Universidade. Como ele próprio diz, principalmente como a ditadura ilustra sua saída da universidade e a dificuldade do militante estar atuando politicamente na universidade:

> ainda como universitário eu estava tendo a possibilidade de soltar o militante, embora sem a proteção de um partido. E a própria universidade não iria me proteger, porque a universidade era profundamente conservadora em termos de composição humana, um centro

> de interesses dominantes por causa das profissões liberais. Eu me joguei à frente, aproveitando as correntes políticas, às vezes antagônicas, que combatiam a ditadura. Então, foi a ditadura que me desafiou, e aí eu verifiquei que não havia sentido em ficar defendendo uma universidade perfeita, uma ciência avançada, independente, dentro de uma sociedade em que tudo é precário. De uma hora para outra, tudo termina, e termina de maneira abrupta, despótica (...) Então, a minha reação foi de raiva, de um homem impotente que quer polarizar a sua força além dos limites da pessoa. Isso acabou me custando muito caro, mas o fato é que o militante foi posto em primeiro plano (FERNANDES, 1983, P. 81)

A universidade perdeu Florestan, e segundo ele próprio disse, "toda essa experiência me levou a ver que os problemas centrais estão fora das instituições e estão dentro da sociedade.(...) eu não vejo o problema da volta à universidade. Eu nunca abandonei as causas pelas quais lutei" e

> Não preciso da universidade para ser intelectual e cumprir as minhas tarefas como eu as vejo.(...) E eu digo com orgulho que eu não preciso da universidade para sobreviver.(...) É uma tentativa de mostrar que a minha rebeldia sobreviveu por outros meios e que possui outro

> solo histórico. E esse solo histórico não está dentro da Universidade (FERNANDES, 1989c, P. 118 e 119).

A ditadura, além de expulsar mentes da universidade, distanciou vários intelectuais, como Florestan, por diversos motivos. "Ela (a ditadura) não o matou, mas a universidade o perdeu, na medida em que eu repudiei a vida acadêmica e especialmente o padrão universitário de trabalho, de vida intelectual e de esperança humana" (FERNANDES, 1991).

B) DEMOCRACIA

Voltar ao passado para explicar a formação da cidadania e do espírito democrático nos seria muito duro, e um recuo difícil de ser feito. Mas precisamos ilustrar muito bem isto para que possamos entender o clima de uma Assembléia Nacional Constituinte, onde o povo, mesmo que indiretamente, tem sua participação.

Aqui, história do Brasil é compreendida mais pelo seu lado colonial do que republicano. A emancipação nacional, para nós, não significou a emancipação dos escravos, do setor pobre e oprimido da sociedade. Significou, acima de tudo, uma crise política ao desvincular-se as funções coloniais do jugo metropolitano, levando a uma redefinição de outras estruturas, que não entraram em crise. Não se constituiu aí uma sociedade civil, apenas uma elite

abaixo da elite para dar sustentação ao Estado, à economia. A história não se fechou em um curto circuito. A história se fechou aos oprimidos, para aqueles que não estão no poder, e que foram considerados cidadãos de segunda categoria, massa de manobra.

Para trabalhar a Constituinte queremos partir de que no Brasil a cidadania nunca foi algo tão normal como se parece. Nem mesmo no período da Constituinte, embora tenha sido criada uma situação de uma mobilização fora do comum, parecendo que o Brasil mudaria em torno de 360 graus.

Podemos cair numa tremenda contradição agora, já que nos mostramos pessimistas com a participação do povo na decisão de sua história, mas costuramos aqui a opinião de Florestan ao relatar que é "a partir do negro que se verá tentar descobrir como 'o povo emerge na história do Brasil" (FERNANDES, 1977, P. 3). A história se fechou aos oprimidos não pela covardia e ausência de consciência para a rebeldia. A impetuosidade do Estado e o reacionarismo das elites "encarniçadas" à manifestação oprimida falam mais alto, pois são avessas à luta proletária e à manifestação dos "de baixo". Não suportam a luta pela mudança proposta pelos "de baixo", e tentam com todas suas armas e truculências preservar a "continuidade" do sistema, a estrutura que estão ligados e que os beneficiam. Democracia no Brasil sempre foi caso de polícia e privilégio do povo.

Com a experiência advinda da transição democrática, em que a democracia brasileira se reduzia a um amplo acordo de conservadores, que não mudaria em nada e que não superaria o *status quo*, Florestan aponta seu posicionamento sobre este sistema:

> Nesse plano – não há o que *conciliar* e só existe uma estratégia – a da luta firme e intransigente por uma forma política de democracia que não seja excludente e exclusiva, que assegure à massa popular dos mais ou menos espoliados e excluídos e aos trabalhadores como classe o direito à Revolução (dentro da ordem e contra a ordem) (Fernandes, 1986:89, grifos no original).

A democracia não é um regime dado ao povo, mas conquistado, através da organização em associações, sindicatos, partidos políticos, e com vias de participar e interferir no Parlamento, pois lá é o *locus* de sustentação política do sistema político e democrático.

Anísio Teixeira, em contra-capa do livro *Democracia: a grande revolução*, compara o Socialismo com a democracia:

> ... você pensa que revolucionário é o seu socialismo. Engana-se. Revolucionária é a democracia. O socialismo no máximo pode ser um dos conteúdos da democracia. A democracia

> é revolucionária porque é um regime sempre incompleto, sempre a fazer-se, aberto e plural, mas tudo isso na direção de uma sociedade com igualdade de oportunidades. E mais: para a sua prática efetiva, somente quando haja muita cultura e uma sociedade educada.

A democracia seria conquistada com uma maior organização da sociedade no recebimento das demandas dos diferentes interesses em jogo, onde o povo cultuaria valores democráticos em todas as esferas, para encontrar o desenvolvimento econômico, cultural, social, educacional etc.

Anísio Teixeira coloca a democracia como um regime sempre a fazer-se, e Fernando Henrique Cardoso tece comentários sobre a democracia representativa com a ".. .necessidade de renovar-se, pois se defronta com problemas tais como o desinteresse crescente da população pela política, os elevados níveis de absenteísmo e, mais grave, um certo grau de hostilidade dos eleitores em relação aos políticos profissionais". No mesmo artigo, FHC cita o sociólogo francês, Alain Touraine, que traça o contexto atual da definição dos indivíduos ou grupos não mais nas relações sociais de produção, mas por suas identidades regionais, raciais, culturais ou religiosas. "... em vez de nos definirmos, pelo que fazemos, passamos a nos definir pelo que somos" (CARDOSO, 1996, P. 19). E Cardoso acrescenta, pelo que "queremos", exemplificando a abertura da

política a grupos com causas pela luta em favor dos direitos humanos e pela preservação do meio ambiente.

CAPÍTULO 2 – A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

> Não se pode esquecer que a história é cruel com aqueles que pensam que ela é eterna. Porque ela não é eterna. Ela muda as faces, muda as exigências. E pode se converter num abismo e afogar aqueles que não perceberem que é momento de mudar de rumo" (Florestan Fernandes).

1 – Contextualização Histórica do Período 1985-90

O início dos anos 80, no campo político, é marcado pela abertura do regime militar, através da liberdade para a composição dos partidos políticos, anistia a presos políticos e a presença muito forte da campanha pela volta de eleições diretas para Presidente da República.

Uma aliança de conservadores, com o apoio dos progressistas, monta a "Aliança Democrática" e concorre no Colégio Eleitoral ao cargo de Presidente da República. Mesmo sendo de forma indireta (no ano de 1984 foi rejeitada a Emenda Dante de Oliveira que restabelecia a eleição direta para Presidente), a maioria política considerava um avanço, única condição que se tinha para tirar o Brasil do marasmo político e para se tomar o rumo democrático definitivo.

Ganha Tancredo Neves, que adoece e morre logo em seguida, assumindo seu Vice José Sarney, um político ligado aos militares e aos círculos conservadores. Sua função principal é coordenar a transição lenta, gradual e segura do poder militar ao dos civis e a um regime democrático.

A crise assolava o país, com a deterioração dos salários, inflação alarmante, fazendo oscilar os preços e os juros. Para a contenção desta crise, no dia 28 de fevereiro de 1986 é instituído o Plano Cruzado, com um critério e uma justificativa econômicos, mas a farsa escondia o interesse

político, pois visava as eleições do mesmo ano. A comprovação disto é que cinco dias após as eleições o Plano Cruzado acaba, e os governistas conseguem uma assombrosa vitória nas urnas. Consolida-se mais ainda a supremacia do PMDB.

O monitoramento por parte do Governo Sarney nos trabalhos da Constituinte e no interesse dos velhos aliados conservadores é parte de toda uma ideologia gerada pela Nova República em criar um certo "jogo democrático", pois a propaganda governamental foi grande ao dar ao cidadão um ar de cidadania, inclusive com os chamados "fiscais do Sarney", onde donas de casas, aposentados iam para os supermercados "fiscalizar" a atuação dos especuladores, dos sonegadores que não cumpriam o tabelamento dos preços proposto pelo Governo e o congelamento dos preços de outros produtos.

Enfim, a transição deste período foi programada para iniciar com o Governo eleito no Colégio Eleitoral, a criação e a efetivação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, as eleições diretas para Presidente da República em 1989 e terminar com a nomeação do Presidente no ano de 1990, que conduziria o país à normalidade do regime democrático, defendendo e aplicando a Constituição.

2 – O Clima de Otimismo do Período Constitucional e o Pessimista com a Nova República

A criação de uma Constituinte sempre sugere a criação de uma semente de mudança.

> ... sabemos que a mudança é sempre uma realidade política. Ela pode começar a partir da fome e da miséria, pode começar a partir da riqueza, do desenvolvimento, ela tem vários patamares para se iniciar. Mas o que alimenta a mudança e a resistência à mudança é sempre uma posição política nas relações das classes. O que uma classe quer modificar em sua situação e em seu sistema de valores (FERNANDES, 1991, P. 33).

Outra questão que sempre ocorre quando da criação de uma Constituinte são os estados de espíritos das pessoas que se encontram em diferentes situações. "A percepção do poder, assim, é fenômeno dos mais importantes para o entendimento de atitudes e representações mentais de um época" (FICO, 1997, P. 54). Quanto à Constituinte de 87-88, suscitou dois tipos de perspectiva em sua implantação:

> ... os otimistas imaginavam que a nova Constituição incorporaria todas as demandas dos setores progressistas da sociedade brasileira (...)

> Já os pessimistas enfatizavam o caráter necessariamente conservador de uma Assembléia Constituinte que se confundia com o Congresso Nacional, a ser eleito segundo as normas eleitorais herdadas dos governos militares (CUNHA, 1995, P. 427).

3 – A Constituição da Constituinte

Os antecedentes da Constituinte tiveram como ponto de partida, em setembro de 1985, a criação, pelo Presidente José Sarney, da Comissão Especial de Estudos Constitucionais, presidida pelo jurista Afonso Arinos, com a intenção de dar o pontapé inicial no andamento dos trabalhos da Constituinte, através da feitura de um anteprojeto de constituição a ser dado ao novo Congresso. O Presidente Sarney recusou este texto após a sua feitura, sendo este nem ao menos apresentado posteriormente ao Congresso para apreciação e votação.

A Constituinte foi instalada em primeiro de fevereiro de 1987, e a primeiro passo a ser dado pelos congressistas foi o de definição do Regimento Interno. Sua instalação foi um compromisso assumido por Tancredo Neves ainda em sua campanha. A decisão formal da convocação só se deu em fevereiro de 1986, sendo os representantes eleitos em novembro deste mesmo ano.

Foram feitas diversas pesquisas sobre a composição dos grupos e dos próprios constituintes

neste processo, com vistas a perceber qual seriam seu comportamento e posicionamento em torno das questões colocadas e nas votações. A pesquisa que citamos abaixo, feita por Fleischer[1], e que corresponde, também, à da Folha de São Paulo, permite reconstituir o perfil ideológico dos constituintes, a partir do tabelamento dos dados que apresenta:

Classificação dos Constituintes (ideológico)

DIREITA	12%
CENTRO DIREITA	24%
CENTRO	32%
CENTRO-ESQUERDA	23%
ESQUERDA	9%

É possível, ainda, fazer uso de outros levantamentos existentes e classificar os constituintes segundo os setores econômicos a que pertencem ou representam e suas posições sobre a economia nacional.

[1] Os dados sobre o perfil econômico da Assembléia Nacional Constituinte foram retirados de FLEISCHER, D. "Constituintes: um perfil das tendências e posicionamentos". In: Todos somos constituintes. Publicação do Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte (CEAC): UnB, ano I, n.º 2, 1987, p. 4-5

Classificação dos Constituintes (setores econômicos)[2]

COMERCIAL-EMPRESARIAL	21,6%
AGRICULTURA (PROPRIETÁRIOS)	16,3
FUNCIONALISMO PÚBLICO	12,9%
OUTROS	49,2%

Classificação dos Constituintes (Posição sobre o sistema econômico adequado para o Brasil)[3]

LIBERALISMO ECONÔMICO	40%
ECONOMIA MISTA	39%
ECONOMIA SOCIALISTA	21%

Na votação do dia 03 de dezembro de 1987, uma das mais tumultuadas da ANC, que tratou da

[2] Os dados sobre as pesquisas foram retirados de RODRIGUES, L.M. "Quem é quem na Constituinte - uma análise sócio-política dos partidos e deputados. São Paulo: (s.f.), 1987, p. 97-98.
[3] *Idem.*

mudança do Regimento, provocou alterações significativas no processo Constituinte. Essa manobra do bloco parlamentar conhecido como "Centrão" (bloco do PMDB que saiu do "racha" do partido em Convenção, este para dar sustentação ao Governo Sarney, e o Movimento da Unidade Popular, dissidente, que comporá o futuro PSDB) anulou vários avanços, como a consulta feita à sociedade.

A Constituinte foi dividida em 4 processos: a definição do Regimento, as Comissões Temáticas, a Comissão de Sistematização e o Plenário.

> No primeiro momento (o da Subcomissão), existe uma forte interação entre a sociedade civil e a Constituinte, a partir da atuação em seu interior de entidades e movimentos populares. No 2º momento (o da Comissão Temática, a Comissão de Sistematização e o Plenário), há de certo modo um distanciamento da Constituinte das aspirações formuladas inicialmente, sem que as pressões sociais deixem de existir (SALES PINHEIRO, 1991, P. 221).

A Constituição como produto histórico e social, e que agrega em seus artigos o resultado de uma discussão, de um embate e de um consenso entre as forças sociais, geralmente advém de uma ruptura com o passado, trazendo novos atores, novas perspectivas, enfrentamentos, desafios para a sociedade.

Como exigência desse novo contexto é reescrita a maior lei de orientação jurídica e política: a Constituição. Para a feitura desta é convocada uma Assembléia Constituinte, cujos representantes do povo, em geral, têm o papel de traduzir as aspirações sociais e políticas do momento.

No caso de nossa Constituição, ela foi criada em um período muito crítico no Brasil: na transição de um regime militar para um regime civil conturbado, que necessitou de uma aliança complicada entre setores divergentes para a formação de um novo governo. Dessa conciliação surge um governo extremamente conservador e populista, o governo Sarney. Diretamente e indiretamente com esta aliança e este governo parido às pressas, criou-se contradições que influenciaram nos períodos anteriores e durante o processo constituinte.

Esse início contraditório e falso da Nova República é considerado o "pecado original" de todo o processo de transição, marcante principalmente na Constituinte.

Outro problema, também, desta Constituinte, é que ela foi feita por pessoas comprometidas política e economicamente na redefinição de suas funções, da própria sociedade. "Salvar a própria pele" foi a atitude de muitos parlamentares.

Quanto ao período e à conjuntura da Constituinte, Florestan escreveu muito, e utilizou do seu espaço na Câmara dos Deputados para discorrer da importância e da conjuntura da Constituinte, que

para ele desencadeou-se num momento histórico dramático, de crise histórica estrutural e de conjuntura.

Na sessão de 29-04-87, no chamado Grande Expediente (destinado a debates sobre temas constitucionais), defende o conteúdo das Constituições dos povos modernos em um projeto político, que "traduz ideológica e socialmente como as classes dominantes pretendem organizar a sociedade civil e o Estado" (FERNANDES, 1988, P. 11), e que este momento, inédito na História do Brasil, "as classes dominantes são forçadas a travar a luta de classes dentro do Parlamento" (Idem, p. 13). No final, formula a situação dos atores no processo contra a ordem, e os termos de como organizar uma sociedade e um estado socialistas, tema que retoma na sessão da Câmara no dia 09-7-87, com a leitura e explicação do texto "Perspectivas socialistas na Constituição" (FERNANDES, 1988).

Florestan como sociólogo tinha uma visão muito distinta da Constituição: percebia seus limites e percebia também as possibilidades históricas da mesma. Se era para a burguesia uma nova chance de se fazer a verdadeira "revolução burguesa" no Brasil, chegou a questionar sua posição ideológica ao assumir este ponto de vista: ".... torna-se estranho que eu, marxista, venha aqui defender a validade de uma constituição burguesa e sua renovação. Mas esses são os fatos históricos de nossa evolução e de fatos inexoráveis, não há como fugir" (FERNANDES,

1988, P. 62). “Daí o significado histórico específico desta Constituição: ela poderá representar para o Brasil um salto histórico qualitativo, que nos colocará, realmente, entre as nações democráticas do mundo” (FERNANDES, 1988, P. 62)

Como em toda a sua legislatura, Florestan fez análises sobre o processo que vivia o Legislativo. Ou na imprensa, livros ou nas próprias sessões da Câmara ia traçando a condição em que o processo constituinte estava, chegando inclusive a considerar os impasses da Constituição em alocar às classes populares a sua “revolução”. Por isso, considera a Constituição de 1988 como um Constituição Inacabada.

Exemplo disto, podemos encontrar na sessão do dia 23-09-87, que discorreu sobre o processo constituinte e a iniciativa popular, com o sentimento de que “A esperança e o querer da massa, do povo, ficaram de um lado, o nosso Projeto de Constituição ficou de outro”. (FERNANDES, 1988, P. 42), pois a concentração da iniciativa das leis ficou nas mãos dos Constituintes, o que atacou na sessão de 28-9-87, ao dizer que estavam caindo no engodo de elaborar uma Constituição formalista.

Às 15 horas e 54 minutos do dia 5 de outubro de 1988, o Deputado Ulysses Guimarães declarou promulgada a nova Constituição. Eis algumas opiniões de alguns constituintes: “A nova Constituição representa a vontade da maioria e deve ser respeitada” (Fernando Henrique Cardoso); “Apesar de

tudo, o povo venceu no essencial" (Roberto Freire, líder do PC do B); "... ainda não será desta vez que a sociedade brasileira, a maioria dos marginalizados, vai ter uma Constituição em seu benefício através da democratização das relações do capital" (Lula, sobre o voto contrário do PT à aprovação do texto constitucional).

A Constituição de 1988, como nos diz SALES PINHEIRO (1991, P. 288), foi composta de "mistura", contendo avanços e retrocessos, "retrata o lado retrógrado da sociedade e o seu lado mais moderno", no qual "as leis aprovadas resultaram de um jogo de forças políticas presentes no interior da Constituinte e das pressões exercidas pela sociedade" (SALES PINHEIRO, 1991, P. 14).

CAPÍTULO 3 – A EDUCAÇÃO NA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

> "O Distrito Federal foi fabricado para produzir maior autonomia para uma República burguesa autocrática, que no Rio de Janeiro ficaria sob pressão popular (...) Brasília caminha rapidamente na direção de acabar com esse sonho de isolar e defender o Estado das pressões das massas" (Florestan Fernandes).

1 – LEGISLATIVO, SOCIALISMO E POLÍTICA

A questão em torno da legitimidade do Poder Legislativo em representar os interesses das classes não políticas é sempre polêmica. Principalmente quando envolve pensamentos ligados mais à esquerda, que tornaram pouco confiável esta "representação", inclusive quando seus critérios são ligados e favorecem mais aos detentores de poder econômico.

Este poder sempre esteve afastado de uma órbita de importância, de reconhecimento na manutenção do ideal democrático, onde inexiste um espírito, uma cultura ou tradição como no Brasil, onde não se vive intensamente um ambiente propício à ordem democrática.

Diante do exposto, como poder articular, organizar e equilibrar uma sociedade de interesses tão diferentes como a nossa? Como favorecer o crescimento da democracia na órbita política, se como expressa o Manifesto Comunista de 1948, "no sentido próprio, o poder político é o poder de uma classe organizado para oprimir outra classe"?

Como sempre é arriscado fazer uma afirmação taxativa em política, afirmaremos nossa discussão sobre a posição de Marx e dos marxistas sobre o assunto, tentando passar um pouco da discussão ao nosso trabalho.

Na obra de Marx nem sempre é feita uma leitura clara, por exemplo, do sentido do Estado e da

democracia direta: “as características com que Engels descreve as sociedades primitivas são as mesmas que toda a tradição marxista atribuirá à sociedade sem Estado, prometida pelo comunismo: a ausência de um poder coator e opressivo, a inexistência de um aparelho administrativo (a qual se efetivará, segundo Lenin, quando até as cozinheiras possam decidir em assuntos do Estado), a substituição das leis pelos costumes, liberdade e igualdade para todos” (BOBBIO, 1995, P. 169-170).

Contrariando a passagem anterior, sabemos que

> ... o que Marx propõe não é tanto a democracia direta, no sentido próprio (isto é, a forma de democracia na qual todos participam pessoalmente da deliberação coletiva, como acontece nos casos de referendum), mas a democracia eletiva, com revogação dos mandatos – uma forma de democracia em que os representantes eleitos têm seu mandato limitado às instruções recebidas dos eleitores (*idem*, p. 171-172).

Quanto à inserção do ideal socialista em Florestan, este é pensado nos termos da auto-emancipação dos trabalhadores, “em que as classes trabalhadoras devem elaborar seus próprios padrões de cultura e de comportamento crítico, para entender e demolir a hegemonia das classes dominantes” (Florestan Fernandes na luta

parlamentar). Seu aparato político para transformar a realidade são o partido, o sindicato, a escola (através do acesso dos trabalhadores à escola e a uma educação crítica).

Como partido que se coloca em defesa dos operários e dos marginalizados da sociedade, tem "tarefas políticas e históricas do movimento operário e sindical". Sua origem reza assim, e sua prática tem assumido na medida do possível esta missão, mesmo com alas do PT propensas mais à social-democracia, condenável pela ala mais à esquerda como "reformismo burguês".

Florestan em seus panfletos, como no Florestan Fernandes na luta parlamentar, analisa a necessidade do PT em continuar a ser um partido engajado na luta dos trabalhadores, sem se aliar ou defender qualquer revisionismo burguês, para a própria sobrevivência do partido e de seu ideal socialista, utilizando para isso a teoria marxista.

> Para que ele possa lançar-se às pugnas pelo Estado de direito e pela democracia, para chegar à reforma social dentro da ordem existente e para bater-se pela revolução socialista propriamente dita, o PT precisa manter vivos os laços que o prendem à ótica marxista da classe, da luta de classes e do significado do movimento operário e sindical nas evoluções assinaladas. Ou avança na direção do marxismo ou se adapta à condição de outros partidos de "centro

esquerda", que não passam de variantes tímidas, anacrônicas e mistificadoras do radicalismo burguês (Florestan Fernandes na luta parlamentar).

Florestan é radical nesta afirmação ao fechar o PT ao pensamento de outros autores, inclusive contemporâneos. A contribuição renovada ou contra-posições merecem um diálogo aberto, mesmo que suas influências "perturbem" o partido. Querer fugir a isto é não conhecer todos os sentidos que pontuam a história.

Não abandonar o marxismo, mesmo agora com sua crise – Florestan escreveu seu panfleto anteriormente citado antes da crise do "socialismo real"- pois "não se identifica esta crise do socialismo com uma falência do marxismo. O marxismo continua sendo um âmbito teórico no qual se pode construir teorias de transformação social" (FRANCO, 1991, p. 66), e portanto, deve ser alimentado e repensado. Noberto Bobbio dizia que para ser um bom marxista é preciso não ser somente marxista.

Como fenômeno político e social, e um novo agente na luta pela transformação social na América Latina, que foi resultado de uma dinâmica social propícia para sua entrada, e não de um projeto intelectual (Garcia, 1991, p. 82), o PT não pode perder de vista seu passado proletário e de lutas, que resultou em grandes conquistas para os trabalhadores e para o próprio país. Mas também não pode perder

de vista as aberturas históricas atuais, se isolando destes mesmos fenômenos ou dinâmicas que o fizeram chegar à posição de fiel representante da classe operária, e uma via de poder, que de forma ou outra é canalizada sem direção das prerrogativas anteriores, como partido contrário à ordem vigente, tem de enfrentar dificuldades para se firmar, já que não conta com uma estrutura, como os partidos que apóiam o Governo.

A democracia que Florestan critica, representando o PT, não favorece o entendimento prático, real. Para ele, o que importa é uma "democracia que repouse na equidade e se funde na autogestão coletiva livre dos membros da sociedade".

A organização nestas possibilidades assembleísticas percebemos com uma certa desconfiança, pois não são todos os cidadãos que se querem representar, já que suas funções o impedem. Infelizmente para se derrubar o sistema vigente tem-se que agir dentro dele próprio, participando, e de dentro para fora, não de fora para dentro. Se o PT não se ligar nestas questões, ficará desarticulado do jogo do poder, e portanto, das conquistas que porventura possa obter no futuro.

Para concluir este item, temos que traçar um pouco da atuação parlamentar de Florestan, e suas causas defendidas no Parlamento.

Como destemido orador, não poderíamos deixar de citar este exemplo ocorrido na sessão da Câmara

do dia 28-9-87, quando expunha um tema em defesa dos aposentados e dá um aparte ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, que ressalta as palavras de Florestan dizendo que "Todos os aposentados e pensionistas estão morrendo de fome..." (FERNANDES, 1988, P. 51). Ao retomar a palavra, Florestan de forma nada sutil considera a intervenção do Deputado da seguinte maneira:

> Hoje, ouvimos um colega nosso falar aqui muito bonito a respeito dos aposentados. Como foi S. Exª. relator-auxiliar, seria o caso de lhe perguntar o que fez, na Comissão, em benefício dos aposentados. Todos sabemos que nada fez, e o político não pode ser um mentiroso sistemático. Tem de ser um homem com integridade política e moral, não se podendo transformar em uma espécie de propagandista de si próprio (FERNANDES, 1988, P. 52).

Quanto às causas defendidas, colocou nas sessões a realidade fora do parlamento, alertando para a feitura de uma Constituição que superasse todos os exemplos dados ali, como a crise permanente da UnB (Sessão de 16-3-87); apoio à luta dos professores, a amargura e a humilhação desta luta na melhoria das condições de trabalho e salário (Sessão de 22-4-87); Urutus, soldados armados atacando cidadãos indefesos em Belo Horizonte, e a

hipocrisia do Governo em falar de democracia (Sessão de 14-5-87); agressão aos trabalhadores na cidade de São Paulo (Sessão de 21-5-87); protesto contra o governo, através da parlamentar carioca Benedita da Silva que falou que "A maior violência é a permanência de Sarney na Presidência" (Sessão de 26-6-87); Homenagem à SBPC na defesa da Educação e da Ciência do Brasil (Sessão de 17-7-87); Autonomia dos Poderes, contra a interferência do Governo Sarney na Constituinte (Sessão de 24-8-87); ocupação militar da USP (Sessão de 16-9-87); os aposentados (Sessão de 28-9-87).

2 – FLORESTAN FERNANDES, A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E O PARLAMENTO

Neste item, tentaremos mostrar a formação da Subcomissão de Educação e qual foi a participação da sociedade civil nas discussões e na apresentação de propostas, a participação de Florestan nesta comissão bem como no Parlamento. Devemos lembrar que para

> a composição das Subcomissões e comissões o critério aprovado foi o da proporcionalidade partidária, cabendo a cada instância escolher o presidente e designar o relator. Além do critério da proporcionalidade pesou, também, na distribuição dos parlamentares nas diversas comissões outros fatores, como o interesse pelos

temas, experiência e representatividade (SALES PINHEIRO, 1991, P. 88).

A Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes foi composta de 21 membros efetivos, distribuídos proporcionalmente entre os partidos, cabendo ao PMDB 52%, ao PFL 24% e aos demais partidos 24%, e mediante um acordo entre os dois maiores partidos representados, foram definidos os nomes do presidentes e relator.

O trabalho de Maria Francisca Sales Pinheiro parte da tese que no campo da Educação o que permeou todo o trabalho foi o conflito entre o público e o privado, que analisou bem nos trabalhos na Subcomissão de Educação, através das audiências públicas, onde pode ser focalizada a participação e a reivindicação de setores os mais diversos, bem como seus conflitos.

Estas audiências contaram com a participação de entidades que apresentavam suas propostas e respondiam às questões dos parlamentares.

A Andes, através da representante Mirim Limoeiro Cardoso, mostrou o papel discriminador da escola privada na sociedade, que "é uma sociedade profundamente marcada pela diferenciação, pela divisão, pela dominação" (SALES PINHEIRO, 1991, P. 124).

Quanto ao CRUB, propôs, que "... [recursos] além da escola pública sejam destinados, excepcionalmente às instituições particulares que

prestam relevantes serviços à comunidade e que têm assumido compromissos com o desenvolvimento da pesquisa e da extensão" (idem, p. 137).

A sessão, de 22/04/87, onde se discutiu em sua maior parte a destinação das verbas públicas da Educação, teve como defensores da Escola Pública, principalmente, os deputados Octávio Elísio e Florestan Fernandes. O primeiro denunciou "...a corrupção existente no sistema de concessão de bolsas para o ensino de 1o e 2o graus, via salário educação" (idem, p. 110). O segundo "...fez um apelo para que se pense a educação no país em novas bases. O Estado não deve dividir os seus recursos com a indústria do ensino, nem tampouco financiar o ensino confessional, que visa o "controle de mentes e corações". (idem, p. 113).

Conforme comenta Florestan, a posição na Constituinte é a intransigente defesa da exclusividade do dinheiro público para as escolas públicas, para que assim houvesse uma verdadeira revolução democrática. Mas, devido a acordos que tiveram de ser feitos, o PT teve de ceder em alguns pontos, mas, de alguma forma, o partido não desconsidera certo ganho na maioria de suas propostas.

A eleição no ano de 1990 retira alguns membros da Comissão de Educação e que não se farão presentes na legislatura de 1990-1994. Na sessão do dia 28-4-92, Florestan usa a palavra para falar do esforço feita pela Campanha em Defesa da Escola

Pública para colaborar com a Comissão de Educação, Cultura e Desporto na elaboração da LDB, trabalho que já durava 4 anos. Lamenta o que está ocorrendo com o projeto da Câmara, e coloca em prova o processo legislativo:

> Sr. Presidente, o imprevisto aconteceu e isso nos obriga a refletir sobre a natureza do processo legislativo que praticamos. Um Projeto de Lei aprovado por todas as Comissões e colocado pela Mesa em votação com urgência voltou às Comissões para ser submetido a novo processo de negociações. E está sendo modificado de uma forma que considero empobrecedora, que colide com a concepção de lei que foi defendida quando da Assembléia Nacional Constituinte. O processo legislativo moderno deveria envolver a colaboração estreita entre a participação popular e o legislador. (...) O setor privado, que se fez presente poucas vezes, omitiu-se depois e utilizou a colaboração dos parlamentares para tornar maciça a sua presença, tentando marcar no projeto de lei os seus interesses. Os educadores nos deram prova de grande desprendimento cívico e de forte identidade pedagógica com suas tarefas docentes. (...) Fizeram os maiores sacrifícios para colaborar conosco. Hoje assistimos a um desfecho melancólico, na qual alguns partidos, que não participaram da discussão do projeto inicial,

estão conduzindo a transformação do projeto de lei" (FERNANDES, 1993, P. 20).

No final ressalta a importância de conduzir uma lei educacional com maturidade, porque "... todos sabem que não poderá haver mudança social efetiva no Brasil sem uma revolução educacional". (idem).

Na sessão de 27-5-92, Florestan coloca em debate a questão de "Durante dois anos, o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tramitou na Comissão de Educação e em outras Comissões. Depois, graças a manobras escusas, voltou à trajetória inicial" (FERNANDES, 1993, p. 21).

Se trata do Projeto de relatoria o Deputado Jorge Hage, que para Florestan "... responde à nova concepção de processo parlamentar que implica ampla colaboração de Parlamentares e cidadãos e ao qual o Fórum Nacional da Educação deu contribuição fundamental" (Idem, 1993, p. 21)

Quanto ao Projeto paralelo do Senado, de autoria do Senador Darcy Ribeiro, Florestan diz que "... ficamos chocados com a iniciativa que, infelizmente, partiu de um homem eminente, meu amigo, e que realizou uma grande obra como etnólogo e como educador verdadeiramente notável ..." (Idem, p. 21), o projeto, afinal, é referenciado pelo líder do Governo Collor no Senado.

A "luta dos projetos" foi objeto de intervenção de Florestan na reunião do dia 4-2-93, criticando a

pressa com que o projeto do Senado (Darcy Ribeiro) foi votado, enquanto que o da Câmara ficou durante quatro anos sendo construído meticulosamente. Em suas palavras, "... conclamo todos os colegas e partidos para que examinem cuidadosamente os projetos da Câmara e do Senado e estejam preparados no sentido de impedir que sirvamos de instrumento para ambições que se situam fora e acima da educação". (FERNANDES, 1993, p. 28).

Sua defesa é que a lei da Câmara é uma tentativa de estabelecimento de um novo ponto de partida "...para o nosso desenvolvimento científico, pedagógico, tecnológico, filosófico etc." (Sessão do dia 18-3-93) (Idem, 1993, p. 30).

No plenário, sessão do dia 02-12-92, tece considerações sobre o Projeto construído na Câmara, agradecendo ao Fórum e aos deputados que ".... dedicaram durante 4 anos o melhor de seus esforços", e a responsabilidade atual do Congresso em não decepcionar estas expectativas de se ter construído um projeto benéfico para a sociedade brasileira.

Sem poder lutar diretamente na Câmara por um melhor encaminhamento do Projeto de Educação, já que o mesmo se encontrava no Senado, Florestan utiliza suas armas principais de intelectual combativo: debater por todos os meios, na imprensa, nas comunicações ou sessões da Câmara o que estava ocorrendo no Senado, a principal atividade de um publicista incansável.

Mas, ao final de seu segundo mandato, em 1994, já sofria com os males provocados por sua doença. Tinha crises, o que às vezes o atrapalhava a assinar um documento, como nos relatou sua assessora deste período, Zuleide Araújo.

A condição física de Florestan no segundo mandato, já que não tinha mais saúde, o impossibilitava de "fazer as coisas", e isto lhe provocava uma tristeza ainda maior. "Quando os médicos olhavam os exames não entendiam como ele ainda estava vivo", nos diz Zuleide.

Mesmo sem condições, ele trabalhava para possibilitar aquilo que sempre sonhou: ver no Brasil uma Educação que contemple a formação, que situe a pessoa como sujeito da história e que contribua para a transformação social, principalmente, com amplas camadas dos trabalhadores e marginalizados como artífices.

A disciplina o ajudou muito também no dia-a-dia do Congresso. Suas condições de saúde eram tão precárias que sua assessoria jurava que, quando ele ia na quinta ou sexta-feira para São Paulo, onde residia, não iria voltar na próxima semana. Mas, ele voltava, e cumpria seus compromissos e seus horários.

O "lobo solitário" vivia uma condição trágica em sua semana em Brasília. Ficava sozinho em Brasília às noites, fazendo seu próprio lanche, já que não tinha empregada no seu apartamento. Enfim, um

homem doente, idealista, na solidão do Planalto Central.

Florestan "teve momentos de muita depressão por causa do Fernando Henrique e do Darcy Ribeiro. Porque eram duas pessoas que ele considerava aliados, e que durante a LDB, ele via que o Darcy Ribeiro não era mais um aliado, e Fernando Henrique, também, ao assumir já nas propostas iniciais, dele, também, teve a clareza de que não era mais um aliado" (Zuleide Araújo, depoimento oral).

No que se refere a Fernando Henrique Cardoso, assistia a subida dele à Presidência sob outros pilares, e não nutria qualquer esperança que ele fizesse melhorias ao Brasil, por ter sido representação de uma conciliação conservadora, e que "representa a conciliação mais ampla e, ao mesmo tempo, mais escabrosa que já ocorreu na história do Brasil. Parecia que a última conciliação seria aquela que se deu com Tancredo Neves" (Entrevista, out. 1995, p. 188). Em suma, com uma política que não "favorece a mudança no sentido de alterar o estado de coisas vigente" (idem, p. 189).

3 – FLORESTAN FERNANDES, O PT E A EDUCAÇÃO

A) FLORESTAN e o PT

O período antecedente à entrada de Florestan no PT é considerado de muita dificuldade para ele,

de acordo com os documentos a que tivemos acesso. O "estado de espírito" do militante solitário em 1983, mostra-o muito pertubado através da carta enviada à Professora Barbara Freitag, datada de 3-5-83[4]:

> Lamento ser um homem desvalido – deliberadamente desvalido –, pois me desinstitucionalizei voluntariamente. Os estudantes custaram a compreender e parece que não se conformam com isso; eu poderia render muitos pontos nas carreiras acadêmicas dos meus estudantes. Contudo, repudiei essa via, para não voltar a ela sob qualquer circunstância. Mas, preciso ter muita força de vontade para resistir e, uma vez de outra, capitulo, endossando uma vez ou outra coisa, excepcionalmente – não como a exceção que confirma a regra -, porém com o sangue escorrendo do coração. Acho que vocês me compreendem e, se não aprovam, pelo menos não me condenam. Há rupturas e rupturas. A minha levou ao fundo do poço, onde fiquei isolado e sem os riscos de ser salvo por uma caravana de mercadores. A cisterna é boa e posso movimentar-me e sem os constrangimentos e as violações do encurralamento institucional. Voltei à condição de lumpem, de vagabundo,

[4] A correspondência de Florestan enviada à professora Barbara Freitag foi publicada pela revista Estudos Avançados, do IEA/USP

> embora tenha mais dinheiro que em qualquer outra época de minha vida. Ele entra e sai porque, ainda aqui, o liame com a vida institucionalizada é representado pela Myriam (IN: FREITAG, jan./abr. 1996, P. 169).

O período em que Florestan se sentia isolado começou desde a década de 70, quando a doença começou a se manifestar, ficou só, e seus amigos sumiram, e não tinha mais o espaço da universidade, conforme depoimento de seu filho, Florestan Júnior, à revista ADUSP. Segundo ele, seu pai "... se reencontrou novamente, recuperou a felicidade, quando entrou para a política partidária" (Revista Adusp, out. 1995, p. 25).

Continuando, seu filho afirmou, também, que a decisão do pai entrar para a política partidária deu-se após a conversa que teve com Octavio Ianni, seu ex-aluno, quando alimentava esperanças de voltar à USP.

> Ele colocou meu pai na realidade ao dizer: "Professor, os nossos colegas gostam de nós, gostam do nosso trabalho e muitos foram solidários conosco, mas eles não querem a nossa volta porque isso vai causar uma série de problemas internos na universidade. A solidariedade deles vai até um certo ponto, mas não ao ponto de nós termos espaços para voltar". Acho que foi aí que ele se deu conta de que a

> USP era uma página virada na vida dele (idem, ibidem).

A partir daí os contatos com o PT foram se estreitando, até quando recebeu o convite de Lula para ingressar no partido, aceitando o convite para entrar e a concorrer a uma vaga como Deputado Federal Constituinte, sendo eleito em 1986.

O ponto chave de sua luta no período era a Educação. O projeto defendido pelo PT e por Florestan contempla as realizações do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, da defesa da Educação, pública, gratuita e de qualidade.

Quanto à questão da identidade petista, via como ponto honroso, pois um "partido proletário como o PT só pode identificar-se, ideológica e politicamente, com o socialismo proletário" (idem, p. 21). Defende o socialismo proletário, e que ele "...não é uma etiqueta da moda. Ele representa uma corrente política e ideológica que está no fundo da presente crise de civilizações e no futuro próximo da história em curso da Humanidade, numa era de abolição das classes, da luta de classes e do colapso da razão" (FERNANDES, 1988, P. 25).

Quanto à política interna do PT, Florestan buscou uma posição de independência, principalmente quando ocorreu um convite para disputar uma vaga no Diretório. Seu isolamento, neutralidade e espírito crítico o levaram à posição que ele mesmo cunhou para si de "lobo solitário".

Esta atitude demonstra que ele manteve-se coerente mesmo ainda na universidade e na vida, no seu trabalho intelectual e na sua prática política a favor dos "de baixo". A disputa interna do PT, suas várias facções e articulações, é considerada por ele como parte de um "jogo democrático", que é normal em um ambiente verdadeiramente democrático. Querer resumir vários pontos de vistas a um só, é reduzir a liberdade do pensamento e do agir. Mesmo com esse isolamento, soube trazer para junto de si muitos simpatizantes do PT e contrários, também, seguido pela sua atitude honesta e pela firmeza de suas posições e convicções.

A crítica maior à esquerda, e aí se inclui o PT, é em relação à ausência de educação política das classes e a constante composição com os partidos da ordem. Quanto ao PT, em entrevista à agência Estado, em 2 de agosto de 1995, 2 dias antes de sua operação, disse que lamentava a "atração ao PT de 'gente sem nenhum compromisso com os ideais do socialismo'".

Florestan era visto pelos petistas como um mestre. O conhecimento adquirido nos estudos, nas pesquisas que retratam a realidade e a experiência de vida o fazia destacar-se como um intelectual de partido, como um homem que possuía o saber e tinha o poder de transformá-lo em ação. Um homem de consciência é necessário em qualquer partido, e isto ele soube dar ao Partido, ao Congresso Nacional quando de suas "aulas" através de seus discursos.

Não que o PT fosse unânime em torno de seu nome. Como não era político, e sim um intelectual na política, há um certo preconceito quanto aos intelectuais tanto nos sindicatos como nos partidos de esquerda. Muitos intelectuais não possuem um passado de luta e muitos têm uma origem burguesa que os impedem de sair da ótica burguesa. Florestan possuía um passado de luta, embora militasse pouco, até o momento, em agremiações políticas – sua luta se deu de maneira diferente, na Universidade –, e sua origem era modesta, e sempre se preocupando com os homens e mulheres de sua origem.

Perguntaria porque Florestan Fernandes acreditou na mudança através do Legislativo, já que conhecia as limitações de uma democracia burguesa para atender as reivindicações populares, (pois sua via era uma luta revolucionária) e conhecia os vícios que um Parlamento burguês possuía: exemplo recente que cito é a atitude do Governo comandado por aquele que foi seu grande discípulo Fernando Henrique Cardoso, ao comprar votos no Legislativo através de um jogo corrupto obtendo assim a maioria no Congresso para priorizar interesses próprios, ou interesses que não são para uma maioria[5].

[5] Conforme observa Oliveira Romanelli, "uma coisa, porém, é certa: nenhuma lei é capaz, por si só, de operar transformações profundas, por mais avançada que seja, nem tampouco de retardar, também por si só, o ritmo do progresso de uma dada sociedade, por mais retrógrada que seja. Sua aplicação depende de uma série de fatores. (...) As conexões da lei com o contexto geral, assim como sua dependência em relação a todos esses fatores, funcionam como uma faca de dois gumes. Se, em alguns casos, impedem que ela funcione no sentido de promover a mudança em outros, não impedem que a realidade, evoluindo por força de leis naturais e sociais

A resposta aproximada quanto a sua situação pode ser dada durante o programa Roda Viva, da TV Cultura, quando foi questionado sobre sua posição de socialista revolucionário, e se esta não o fazia se sentir como um “peixe fora dágua, porque o PT desde 1991, optou por uma linha mais próxima à social-democracia:

> "Ou eu volto à minha condição de militante solitário, ou eu fico no PT, tentando acompanhar a marcha do partido. Se essa marcha se revelar deficiente ou indesejada, aí eu volto à minha condição de militante solitário. Eu sempre me dei bem com ela, pois sempre consegui falar para platéias grandes,. Agitar idéias, e isto, desde que eu era estudante. Em 1944, eu dei minha primeira conferência”.

Uma das questões que mais me marcou neste trabalho foi a tese da Professora Barbara Freitag, que atribui um certo corte epistemológico ao pensamento de Florestan. Este se daria por volta de 1969, com a transição da fase acadêmico-reformista para a político-revolucionária. O que move tudo isto é o AI-5, que coloca vários intelectuais para fora da

---

mais fortes, acabe tornando a lei inoperante. Em outros termos, se uma lei tem força para criar condições formais de mudança ou de atraso, não a tem, todavia, para impedir que, apesar dela, se mude a realidade” (OLIVEIRA ROMANELLI, 1982, P. 179).

Universidade, inclusive Florestan, que passa a perceber não mais a Universidade como centro dinâmico das transformações.

Também o trabalho das novas gerações de estudiosos da obra de Fernandes, que está em pleno vigor, como a obra "Florestan Fernandes: O Militante Solitário", de Eliane Veras Soares, deve ser aqui retomado. Conforme a própria Barbara Freitag (orientadora do trabalho e prefaciadora do livro), "essa tese é retomada por Eliane Veras e retrabalhada de maneira tão original e perspicaz que permite sua Aufhebung, isto é, sua contestação, superação e preservação, no bom estilo da dialética hegeliana".

Cabe, portanto, em nosso trabalho, a observação do pensamento de Florestan no período constitucional, e perceber a criação, talvez, de um terceiro momento ou fase, em que o intelectual revolucionário adere à mudança utilizando o Parlamento como via institucional e aproximando-se de uma utopia viável, em que pese o aparente paradoxo desta última expressão, porque acima de tudo, o Parlamento foi para Florestan "a melhor escola que eu encontrei para conhecer o Brasil a partir do tope das elites (...) Ele abre perspectivas que dizem respeito à estrutura política arcaica vigente no Brasil"(RODA VIVA com Florestan Fernandes). Esta foi para ele a segunda e melhor experiência para perceber o comportamento das elites , já que a primeira foi na casa de sua

madrinha, ainda na infância, uma casa onde seus padrinhos foram senhores de escravos.

B) O projeto educacional de Florestan Fernandes (e do PT), o Fórum em Defesa da Escola Pública e sua Inserção na Constituinte

O projeto de educação defendido na Câmara dos Deputados na Constituinte pelo PT contempla diversos itens. Dentre eles:

> O ensino público, gratuito e obrigatório, estipulando que o "ensino é dever do Poder Público, devendo ser prestado de forma gratuita em todos os níveis". Fixa o limite desse ensino entre os seis e os dezesseis anos, incluindo na gratuidade o material escolar e a alimentação básica indispensáveis e estendendo a contribuição do Poder Público à manutenção de creches e de escolas maternais para menores de seis anos. Por outro lado, opõe-se à transferência de recursos públicos para as escolas privadas, limitando-se a manutenção de provimentos concedidos atualmente a fundações e associações sem fins lucrativos até dez anos após a promulgação da Carta Magna (Discurso de Florestan proferido na Sessão da Assembléia Nacional Constituinte em 15-08-1987).

O projeto defendido pelo PT tem interlocução com o movimento surgido no final dos anos 80, o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública[6], e às vezes se confunde como seu exclusivamente por ter a participação de setores petistas na sua elaboração, como o próprio Florestan na Campanha em Defesa da Educação pública (década de 50-60).

O Fórum e a Campanha possuem convergências, já que "em ambas estavam presentes os ideais de democratização das oportunidades educacionais, a liberdade e a gratuidade do ensino público, a descentralização do poder" (FERNANDES, 1989c, P. 107).

Florestan percebia que o Fórum deveria agir com uma estratégia agressiva para continuar a sua luta após 1990, ganhando posições e corrigindo falhas para de alguma forma avançar no Projeto de LDB. Chegou a escrever sobre isto:

> É preciso evitar o recurso à avalanche de telegramas, de manifestos ingênuos estereotipados e de visitas de catequizações aos gabinetes dos parlamentares. Essas técnicas patenteiam os meios de ação política dos fracos. A concentração permanente em Brasília, a

[6] O Fórum era composto de 15 entidades nacionais, representativas de diversos setores da sociedade (ANDE, ANDES, ANPAE, ANPED, CEDES, FENOE, UBES, SEAF, CGT, CPB, CUT, OAB, UNE e FASUBRA), e apresentou uma proposta à Constituinte intitulada "Proposta Educacional para a Constituição", transformada em Emenda Popular.

> discussão objetiva e paciente com parlamentares "aliados" ou "adversos" (estes principalmente) e a presença cotidiana visível e insistente nos debates, em conferências de discussão pública e nas galerias são mais eficazes. Acima disso, trata-se de formar grupos que "cerquem" os parlamentares em suas localidades e nos seus grupos de apoio, dando a maior publicidade e visibilidade possíveis a suas reações e compromissos (FERNANDES, ago. 1990, p. 147).

Florestan e o PT vêem a Educação num sentido político dentro da sociedade brasileira, que permita ao mesmo tempo o acesso e a busca de valores democráticos e que fortaleça a fraca democracia brasileira.

A Educação é vista como mecanismo das classes populares de superar sua condição de classe, e adquirir consciência para participar nas decisões sociais, para haver uma integração entre seus membros, para enfim, haver transformação social.

.... eu próprio acredito que a reforma educacional, nas condições de desenvolvimento desigual imperantes no Brasil, constitui a reforma principal, aquela da qual depende a revolução democrática, nacional e anti-imperialista – e o ponto de partida da conquista do poder real pela massa popular e pelos trabalhadores. Sem educação escolar pública, gratuita e centrada na situação de interesses das

classes trabalhadoras e em sua ideologia da auto-emancipação coletiva, jamais sairemos do círculo de ferro da dominação burguesa, nunca criaremos uma democracia da maioria, fundada na liberdade com igualdade social". (Florestan na luta parlamentar).

As características do PT como "partido de massas" e atento às suas "origens históricas" devem ser vistas em toda a composição e atuação do partido, fazendo-o ser um partido singular, embora haja mudanças em seus quadros e em suas propostas com o tempo.

A "essência" da proposta educacional petista é a "tentativa de articulação com a proposta política mais ampla do partido de mudança na direção de uma sociedade socialista e democrática", "acompanhadas por um discurso classista, segundo o qual a educação defendida pelo partido está voltada aos interesses da classe trabalhadora" (REIS, 1992, P. 71).

Abaixo, representaremos neste quadro as principais idéias educacionais do PT.

1) O professor é um "educador preocupado com o bom ensino da ciência e comprometido com o despertar da consciência; uma consciência crítica que possibilite aos alunos e aos professores tornarem-se agentes de transformações profundas".

2) Defende a importância da Educação como um direito social, mostrando-se preocupado em garantir o exercício da cidadania, e com isso, fortalecer os mecanismos de democratização da sociedade.

3) “A escola pública popular é, segundo o PT, um centro de debate de idéias, soluções, reflexões, onde o filho do trabalhador deve encontrar os meios de auto-emancipação intelectual independentemente dos valores da classe dominante. É uma escola baseada no compromisso, numa postura solidária, que deve formar a consciência socialista” (REIS, 1992, P. 86).

4) “ ... toda educação é política na medida em que destrói os mecanismos destinados a proteger a burguesia e cria novos instrumentos para fortalecer a luta dos trabalhadores” (idem, p. 87).

5) “... todo o trabalho educativo deve estar associado à luta mais ampla pela transformação em direção ao socialismo. Nesse sentido, deve haver, na visão dos educadores petistas, um compromisso permanente, ideológico, das pessoas que trabalham com a educação”. (idem, p. 88).

Um dos artífices do projeto educacional petista, Moacir Gadotti, aponta 3 tendências principais entre os educadores petistas:

A primeira é a tendência sindicalista, dominante, que se assenta sobre a tese de que a melhoria da qualidade de ensino passa apenas pela melhoria salarial dos professores (...) A segunda é a tendência pedagógica que parte de pressupostos contrários. Está centrada na reorientação curricular, na melhoria das relações infra-escolares, na interdisciplinaridade e na formação permanente do magistério. Ela é uma tendência mais universitária. A terceira tendência é mais ligada aos setores populares e defende a inserção do popular no público, com vistas a uma escola pública popular. Essa tendência reivindica a participação da comunidade nas decisões, a valorização da escola e da sala de aula, a autonomia escolar, propondo, como setores da Igreja propõem, a parceria entre o Estado e a sociedade civil (REIS, 1992, P. 89).

4 – OS PROJETOS EM DISPUTA E A ORDEM DE SEUS INTERESSES

A) Contextualização do período: neoliberalismo, globalização e Educação

O interesse deste trabalho em contrastar os dois projetos de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, um da Câmara dos Deputados, e

o outro, do Senado Federal, significa obter uma melhor compreensão histórica deste processo de acordo com os impulsos tomados em ambos, com os respectivos rumos.

Um esclarecimento quanto à funcionalidade do Parlamento nacional, pois o nosso segue o sistema bicameral, ou seja,

> se um projeto começa a sua tramitação na Câmara dos Deputados, ao ser aprovado deverá seguir para o Senado que funcionará como casa revisora. Uma vez aprovado no Senado, havendo alterações, o projeto deve retornar à Câmara para deliberação final após a qual é encaminhado para sanção ao Presidente da República que, por sua vez, detém o direito de veto. Se houver vetos, o projeto deve retornar à Câmara que pode manter ou derrubar os vetos. Só então a lei é promulgada (SAVIANI, 1997, P. 127).

No caso da LDB da Câmara, no seu período de tramitação, o projeto veio a sofrer ameaças por parte de algumas iniciativas no Senado em "desviar" a discussão, perdendo muito do que já se havia conquistado.

As discussões em torno da Educação não cessaram no período de tramitação no Congresso, principalmente, com questionamentos a respeito do Ensino Público. A questão é colocada de forma uniforme neste período: a imprensa, vozes no

Parlamento e na sociedade civil, atraídos pela onda e pela ideologia neoliberal falam uma só língua.

Já prevendo as dificuldades de romper o cerco criado por esta nova conjuntura, que vem conquistando aliados em todas os setores educacionais, foi realizado de 31 de julho a 3 de agosto de 1996, em Belo Horizonte, o I Congresso Nacional de Educação (CONED, com a organização nacional de entidades como a AELAC, ANDE, ANDES-SN, ANFOPE, CNTE, CONTEE, DNTE-CUT, FASUBRA, SINASEFE, UBES, UNDIME e UNE), no qual tivemos a oportunidade de participar. O tema foi "Educação, Democracia e Qualidade Social", na perspectiva de construção de um Plano Nacional de Educação, com vias de inclusão no Parlamento, com discussões, debates, contribuição e aproveitamento das propostas formadas em um "projeto político-pedagógico para a educação brasileira".

Dentre outros temas do CONED, que aproveitamos para este trabalho, inclui-se "O Estado brasileiro e a Educação", "Políticas educacionais dos anos 90", "Globalização, neoliberalismo e Educação", "A Nova LDB da Educação nacional", "Globalização, crise do Estado e políticas sociais", "LDB: análise de um processo, situação e perspectivas", "Estado, qualidade de vida, democracia e Educação" e "Estado e Educação no Brasil: perspectiva histórica".

Em 1997, ocorre o II CONED, cuja intenção é consolidar um Plano Nacional de Educação, seguindo

os mesmos moldes do primeiro, e os mesmos pressupostos.
Os temas que se destacaram e que de alguma forma interessa para o presente são: “Políticas sociais e política educacional no contexto do neoliberalismo”, “Caracterização, análise e diagnóstico da situação educacional brasileira”, Concepções e mecanismos de gestão democrática da Educação”, “Política de financiamento vigente”, “Globalização e papel do Estado: conjuntura econômica”, “Qualidade social e Educação”, Impacto social da globalização”, “Educação e cidadania”, “A nova LDB e seus impasses”, “Políticas educacionais: o papel do legislativo”, “Políticas sociais e políticas educacionais no contexto do neoliberalismo e da globalização”, “Educação e as reformas constitucionais”,

O contexto em que devemos entender o processo de construção da LDB da Educação Nacional é bem expresso por Saviani:

> A situação tende a se agravar atingindo limites intoleráveis num contexto como o de hoje em que o Estado busca demitir-se de suas responsabilidades transferindo-as para outras instâncias. Com efeito, a orientação neoliberal adotada pelo governo Collor e agora pelo de Fernando Henrique Cardoso vem se caracterizando por políticas claudicantes: combinam um discurso que reconhece a

> importância da educação com a redução dos investimentos na área e apelos à iniciativa privada e organizações não-governamentais, como se a responsabilidade do Estado em matéria de educação pudesse ser transferida para uma etérea "boa vontade pública"[7].

O discurso atual, prega a "qualidade total", uma filosofia do trabalho criada no Japão para organizações empresariais, em que uma maior qualidade e produtividade são os fins, e que se chegou, também, a aplicar na Educação, na tentativa de haver um maior aproveitamento dos recursos, mas também, da redução de gastos, da qualidade da formação, e do direcionamento da Educação na órbita capitalista, do mercado, de objetos e coisas. Como é de se esperar, tem conseguido muitos adeptos, inclusive no Parlamento, pois o neoliberalismo tem agido como um "canto de sereia" (como apresentou a Professora Alzira Batalha, no CONED, sobre o tom sedutor característico do discurso neoliberal, como a importância da qualidade, da eficiência, da racionalidade e até da participação), com propostas de se resolver todos os problemas, inclusive na Educação. O neoliberalismo acentua a desigualdade, sim, a concorrência entre os indivíduos, a adequação para o mercado, porque seus

[7] Retirado do terto de Demerval Saviani apresentado no I CONED, intitulado "Estado e educação no Brasil: perspectiva histórica".

dogmas são essencialmente voltados para a economia, como a disciplina e a hierarquia, a subordinação. Os próprios jargões empregados, como é comum falar que na Educação, "a responsabilidade é de todos", significam apenas a omissão do Estado com estas questões[8], de forma genérica e abstrata, retirando sua competência neste aspecto. Sua "ineficiência" é relativa, pois quando é para injetar recursos em burguesias falidas, ele se torna ágil.

Quanto ao estudante-trabalhador, a educação de qualidade, nestes termos neoliberais, não é para ele. Sua Educação não vai além dos programas das "Fundações Roberto Marinho", ou das escolas para o trabalho. Exemplo disto é a volta das Escolas Técnicas, única e exclusivamente para o trabalho, sem falar das Universidades, cuja missão maior será produzir um saber indiferenciado em relação à ciência e à produção do conhecimento, pois isto mantém o nosso colonialismo[9].

Um discurso proferido pelo Senador Beni Veras, no dia 5-12-95, no Senado Federal, trata da

[8] As atuais receitas impostas para a reconstrução e o crescimento econômico dos países de 3º Mundo seguem imposições do maior controlador do capitalismo mundial, o BIRD, que possui 80% do planejamento da UNESCO, e que tem exigido adaptações por parte de economias que assessora, tendo, como exemplo, a proposta de cobrança de taxas para as Universidades Públicas. O esquecimento de que realmente se deve investir mais e melhor em Educação – mas, também, que não é só a questão financeira, pois se mexe também com vidas humanas –, mantém a lógica neoliberal, de que os pobres devem permanecer pobres em todos os campos, inclusive no educacional.

[9] ver documentos que mostram o quadro impositivo de mecanismos internacionais ao Brasil e à América Latina. BANCO MUNDIAL. La enseñanza superior: Las leciones derivadas de la experiencia. Washington, D.C, 1995.

qualidade, da organização e do financiamento do ensino universitário público federal no Brasil. Seu interesse é questionar o ensino superior em detrimento do ensino básico, colocando um como serviço à elite e o outro como serviço às classes populares, um com privilégios orçamentários, e o outro entregue ao descaso, sem dividir seus fins específicos, e a importância de cada um.

Para o ilustre Senador, o financiamento à educação deve ser feito direto ao aluno, através da concessão de bolsas de estudo, e não às instituições, pois considera que nelas estão "...montadas estruturas paternalistas, que funcionam no atendimento de interesses menores".

Quanto à eleição dos reitores das Universidades, pensa que os reitores devem ser escolhidos como técnicos, reitores profissionais. Não devem ser escolhidos por uma comunidade que possa elegê-los pela atuação na própria instituição e a serviço da própria instituição. Mas a serviço de tecnocratas, e submetidos ao bel-prazer do Governo Federal.

O mecanismo de entregar a educação a empresas especializadas e privadas, que visam principalmente a obtenção de lucros (porque para ele a instituição pública é incapaz de propiciar crescimento e desenvolvimento próprios), mostra o desconhecimento de que estas instituições públicas são responsáveis por 90% de toda pesquisa produzida

no país, e têm formado profissionais além daqueles formados nas "privadas".

A seguir exporemos os dois Projetos, entrelaçando seus objetivos e os principais embates que sofreram, neste ambiente, e com esses pensamentos.

B) O 1º projeto de LDB apresentado, o original da Câmara dos Deputados

Este Projeto foi apresentado à Câmara Federal pelo Deputado Federal, Octávio Elísio em dezembro de 1988, logo depois da promulgação da Constituição, fixando as diretrizes e bases da educação nacional.

O projeto considerou as propostas da XI Reunião Anual da ANPEd, realizada de 25 a 29-04-88, em Porto Alegre (RS), seguido de mais alguns artigos.

Neste Projeto de LDB "A Educação é direito de todos e será promovida e incentivada por todos os meios legítimos disponíveis na sociedade" (SAVIANI, 1997, P. 43).

O projeto original é contemplado com a 1ª emenda no dia 15 de dezembro de 1988, de autoria do próprio Octávio Elísio, que posteriormente encaminha mais duas. O Projeto é aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação em 29 de junho de 1989.

Em março de 1989, o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e desporto da Câmara, Deputado Ubiratan Aguiar, constitui um grupo de trabalho da

LDB sob a coordenação de Florestan Fernandes, tendo sido indicado relator o Deputado Jorge Hage. (SAVIANI, 1997, P. 57).

De outubro de 1992 a dezembro de 1994, foi o período em que este projeto teve apoio do Governo Itamar Franco, através de seu Ministro da Educação, Murilo Hingel.

Saviani, pesquisador do tema, considera os seguintes aspectos como positivos do "substitutivo Jorge Hage" ao Projeto de LDB:

a) a abrangência da lei;
b) a tentativa de se configurar um sistema nacional de educação;
c) a regulamentação da pré-escola (educação infantil);
d) algum avanço no ensino médio;
e) a redução da jornada de trabalho ao estudante-trabalhador;
f) acompanhar melhor às aulas no ensino noturno;
g) a instituição do salário-creche;
h) a delimitação do que pode e do que não pode ser considerado como despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino;

Os aspectos que Saviani considera que devem ser revistos são:

a) O conceito de Sistema Nacional de Educação;

b) O Conselho Nacional de Educação (no tocante a representação por entidades ou por níveis ou tipos de instituições de ensino, que acaba conferindo ao órgão uma composição de caráter corporativo);
c) O Fórum Nacional de Educação – um dos pontos seria a dificuldade de sua instalação por não estarem consignados recursos ao seu funcionamento;
d) O Conselho Nacional de Formação Profissional;
e) A questão da organização da Cultura Superior;
f) Credenciamento e avaliação da educação superior;
g) Educação à distância;
h) Carreira do professor;
i) Recursos para escolas particulares.

A trajetória final do Projeto da Câmara foi o seguinte:

> Aprovado na Comissão de Educação em 28-06-90, o substitutivo Jorge Hage ainda teria pela frente um longo percurso na Câmara dos Deputados, passando pela Comissão de Finanças no 2º semestre de 1990, indo ao Plenário no 1º semestre de 1991 e retornando às comissões onde ficaria até o 1º semestre de 1993 quando logrou aprovação final na sessão plenária da Câmara de 13-05-93 (SAVIANI, 1997, P. 127).

Com esta aprovação, o Projeto da Câmara (Lei nº 1.158-B, de 1988), entra no Senado sob a relatoria

de Cid Sabóia de Sampaio, também relator do Projeto Darcy Ribeiro.

As inseguranças eram muitas, pois não se sabia quais os critérios que seriam utilizados a partir dai, para a manutenção de pelo menos a essência do mesmo. O relator do Senado continuou a promover as audiências públicas e a obter a contribuição das entidades, que resultou um novo substituto "... que preservava a estrutura do projeto aprovado na Câmara, tendo incorporado aspectos aceitáveis do PLS (projeto de Lei do Senado) n.º 67 de 1992, de autoria de Darcy Ribeiro.

A partir de 1995, com o Governo Fernando Henrique Cardoso, através de seu Ministro da Educação Paulo Renato de Souza, o projeto Darcy Ribeiro conta com precioso apoio, pois muitos que estão no 1º escalão deste Ministério participaram d assessoria ao seu projeto.

C) O projeto de LDB apresentado ao Senado

Em 1992, deu entrada na Comissão de Educação do Senado um projeto de LDB de autoria do Senador Darcy Ribeiro, e assinado pelos Senadores Maurício Correa e Marco Maciel, e indicado como relator o Senador Fernando Henrique Cardoso.

A votação do substituto Darcy Ribeiro e sua aprovação, deu-se na reunião da Comissão de Educação do dia 02/02/1993, no Senado Federal, com

a presidência da referida Comissão com o Senador Lourenberg Nunes Rocha, e relatoria do Senador Cid Sabóia.

A sessão é aberta e registra o exame do Projeto de Lei do Senado n.º 67/92, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, com a discussão do relatório e do parecer do Senador João Calmon, tecendo considerações sobre o Projeto da Câmara e elogios ao Senador Darcy Ribeiro.

A tese central de Calmon foi a de que, "quando esse trabalho se iniciou na Câmara dos Deputados, ainda não havia ocorrido no mundo uma das revoluções mais importantes da história da humanidade "a derrocada do comunismo na antiga União Soviética..."[10], ou seja, as transformações ocorridas naquele momento deviam mudar o rumo do conteúdo da LDB ora apresentada. Diz mesmo que a Constituição "foi elaborada em outro clima, antes da ocorrência da revolução que acarretou a derrocada do comunismo"11, e tece modificações a serem feitas, como na aposentadoria dos professores, precocemente segundo ele.

Em seguida fala o autor do Projeto, Senador Darcy Ribeiro, reafirmando sua proposta, e agradecendo os elogiosos comentários de Calmon sobre ele, a quem o chama de "meu queridíssimo Senador da Educação", e complementa: "... eu adoro que v. exª. me elogia, assim, tão astronomicamente,

[10] SENADO FEDERAL. Subsecretaria de taquigrafia. CC-3 02-02-93.

chamando-me de estrela, de astro, eu gosto muito". **12**

Ribeiro continua explicando o seu esforço de não ter o Projeto da Câmara levado adiante.

> Preparei 41 emendas, aquelas que me pareciam indispensáveis. Levei-as à Câmara. E, durante meses, naquela Casa, falei com os Deputados, tentei convencê-los para o que me parecia indispensável. Por que eu fiz isso? A minha convicção era e é a de que se a lei que está na Câmara for aprovada é um desastre para o Brasil. Ela é capaz de durar 20 anos e é desastrosa (...) É desastrosa porque ela congela uma educação ruim, ela congela uma situação na educação que não funciona (...) Ela permite que as escolas continuem ruins, que a formação do magistério continue péssima, que o ensino médio continue depauperado como está e que o ensino superior seja a mentira que é13.

Sua explanação continua tratando sobre a preparação do professor, a redefinição do 1º grau, o currículo da Universidade onde o professor ministra várias disciplinas.

O Presidente coloca o Projeto em votação, mesmo com a proposta de adiamento de alguns senadores. O projeto é aprovado e é feito um requerimento de urgência pelo Senador Darcy Ribeiro

para conclusão na reunião do dia 18 de fevereiro de 1993.

> Registre-se que essa data (18 de fevereiro de 1993) era a antevéspera do carnaval e o dia da votação em 1º turno do ajuste fiscal. O ministro Murilo Hingel e o líder do governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS), articularam senadores de diversos partidos para impedir a aprovação do requerimento de urgência que foi defendida na tribuna pelo próprio Darcy Ribeiro. Por sua vez, o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) manifestou-se contrário ao requerimento e levantou questão de ordem considerando nula a decisão da Comissão de Educação do dia 02 de fevereiro uma vez que o PL 67/92 (projeto Darcy Ribeiro) não constava da pauta daquela convocação e, portanto, o Senado não podia deliberar sobre ele. Aceita a questão de ordem pela presidência do Senado o referido projeto voltou à Comissão de Educação onde, entretanto, não chegou a ser novamente apreciado. Frustara-se, desta vez, a tentativa de Darcy Ribeiro de "roubar a cena" da LDB do protagonismo da Câmara dos Deputados (SAVIANI, 1997, P. 130).

Em maio de 1993 chegou ao Senado o PL N. 1.258/88, sob o número 101/93, sob a relatoria do Senador Cid Sabóia de Sampaio, que deu o parecer de número 250/94, em forma de substitutivo.

Os trabalhos do Senado são retomados nos moldes dos ocorridos na Câmara, com a realização de audiências públicas, e respeitando as conquistas na forma do conteúdo do Projeto da Câmara. Em novembro de 1994, o Senado, através de sua Comissão de Educação, dá seu primeiro parecer (o de N. 250/94), que é aprovado, e foi incluído na Ordem do Dia de 30 de janeiro de 1995, último dia de trabalho da legislatura, e, portanto, com possível falta de quorum.

Em documento da Liderança do PT no Senado, "'Artifícios' políticos foram criados para designação de nova relatoria, sendo o Senador Darcy Ribeiro designado o novo relator", que apresentou 4 versões de Parecer.

> Nos primeiros, o Parecer principal era sobre o PLC N. 45/91, absorvendo toda matéria do PLC N. 101/93, o que gerou uma grande dificuldade para se acompanhar e participar do processo, uma vez que o PLC 45/91 não tinha a pretensão de estabelecer diretrizes e bases para a educação nacional. (...) A Comissão de Educação já havia se pronunciado sobre o mérito, a de Justiça, regimentalmente, não deveria falar sobre este aspecto, entretanto, o fez, e o plenário acatou" (idem),

aprovando o Parecer do Senador Darcy Ribeiro em 04-05-95.

> Indo a plenário recebeu um número significativo de emendas de plenário, em face do que a matéria teve de retornar às Comissões (CCJ e Educação), para novo exame, discussão e votação, onde recebeu dois novos pareceres de mérito por parte do Relator, Senador Darcy Ribeiro. Após a aprovação nas referidas Comissões destes últimos pareceres, o item voltou a plenário, sendo votado no dia 25.10.96 (idem).

Usando a palavra, a Senadora Emília Fernandes se posicionou a favor do Projeto da Câmara, afirmando o seguinte: "Não vamos eliminar nem um substituto e nem outro. Se eliminarmos o anteriormente construído, esta Casa estará se colocando e afrontando a sociedade brasileira que construiu esse substituto" (Diário do Senado Federal, p. 01648), com 2 requerimentos: um do Senador Eduardo Suplicy, para que o Projeto fosse apreciado na Comissão de Economia, e da Senadora Emília Fernandes, optando pelo Projeto Cid Sab, pelo que ele representava. Ambos requerimentos foram rejeitados pelo plenário. Sem muita discussão, a reunião foi agilizada, e aprovando na íntegra o texto de Darcy Ribeiro.

No turno suplementar de 21-11-96, que votaria definitivamente o projeto de acordo com o obtido na reunião do dia 25-10, com discussão terminada imediatamente, devido a apresentação de 316 emendas. Em dezembro de 1996 é aprovada a atual Lei N.º 9.394, sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, no dia 20 de dezembro de 1996, a Lei Darcy Ribeiro, que vigora atualmente no país.

D) Conclusões: o caminho dos dois projetos de Educação pós-constituinte: Florestan Fernandes X Darcy Ribeiro

A revisão dada à Constituição após 5 anos de sua promulgação, ocorreria em 1993. Porém, os juristas entenderam que poderia haver a interpretação de que os Constituintes de 1988 autorizavam o Congresso de 1993 a "rever ampla e ilimitadamente o texto em vigor, após tão pouco tempo" (Luiz Alberto Bahia, Folha de S. Paulo, 1993, p. 30) (ATALIBA, 1993, P. 51). Pois aí haveria a necessidade de uma Assembléia Constituinte eleita pelo povo, com a finalidade exclusiva de fazê-la, e com o conhecimento de torná-la democrática, abrindo o processo a reuniões, discussões e debates, com ampla participação de partidos, sindicatos, entidades, corporações, imprensa, etc.

Os problemas políticos com o Governo Collor, e a atenção do Congresso às suas tarefas de trabalhar ao

lado do Executivo, fiscalizando, apoiando ou reprovando seus atos, dificultaram o melhor andamento dos trabalhos, bem como as legislaturas, com as trocas de deputados ou senadores, que chegam a atrapalhar o que já se havia iniciado e discutido e a recomeçar do ponto de partida.

Abaixo, Florestan considera os avanços e os possíveis ganhos que poderão ter o ensino com esta nova lei, mas não prevê o que viria depois, com as "perturbações" do Senador Darcy Ribeiro:

> Poucas vezes haverá alguma oportunidade de reforma do ensino como surgiu agora. Se essas elites e seus serviçais na área de educação quisessem quebrar de uma vez a resistência às mudanças educacionais, este seria o momento propício. Acha-se em votação final, na Câmara dos Deputados, o novo projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (relator do projeto originário, deputado Octávio Elísio; relator do projeto em votação, deputado Jorge Hage). Ambos os projetos acolhem as ricas contribuições do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, de especialistas de várias tendências pedagógicas, de órgãos oficiais e de entidades do ensino particular leigo e confessional, que se dispuseram a colaborar no projeto etc. Este assenta no legado da Constituição de 1988, ampliando-a, aprofundando-a e enriquecendo-a. É de fato, uma tentativa de institucionalizar os

> rumos pedagógicos que aquela Constituição implantou (Folha de S. Paulo, 14-12-92) (FERNANDES, 1993, P. 12).

A citação seguinte mostra um pouco o andamento dos trabalhos na Congresso, onde Florestan atribui a Darcy uma participação no Governo Collor e a falta de um senso democrático:

> Eis que estávamos prestes a sofrer uma decepção única. Nada menos que o senador Darcy Ribeiro iria tomar a peito apresentar um projeto de lei de diretrizes e bases da educação nacional no Senado! Sua impaciência não permitiu esperar que a Câmara dos Deputados terminasse o seu trabalho, ocasião em que o projeto tramitaria normalmente no Senado e lá sofreria transformações. Por que essa precipitação? O senador, como representante do PDT, sentiu-se à vontade para aliviar o governo Collor de uma tarefa ingrata. Recebendo suas sugestões (e por essa via os anseios imperativos do ensino privado) e aproveitando como lhe pareceu melhor o projeto mencionado, mostrou aquilo que se poderia chamar de versão sincrética "oficial" daquela lei. Terrível decepção para todos os que somos amigos, colegas ou admiradores de Darcy Ribeiro! Sua cabeça privilegiada decidiu "servir o rei" e voltar as

> costas a Anísio Teixeira, o seu mentor pedagógico, e à nossa geração, que combateu ardorosamente os "idola" que ele empolgou sem constrangimento (Folha de S. Paulo, 6-7-92).

A discussão mais aberta entre Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro se deu na imprensa, o que pudemos analisar através de artigos publicados na Folha de S. Paulo.

Um artigo de Florestan, publicado em 1o de maio de 1995, critica o modo como Darcy o abomina em seu artigo, utilizando-se do tacape (objeto de ataque dos índios) para se impor e para se proteger. "Darcy Ribeiro maneja o tacape no decorrer de todo o seu artigo" e "um excerto, que revela o traço autocrático do 'grande educador' e dono do saber ...": quando Darcy comenta a paciência de Florestan "...de ouvir tantos imbecis", e deixando que a educação brasileira caia na mão de quem a pratica, os donos de escolas, professores, alunos, funcionários etc. Responde que entre esses "imbecis" estavam grandes especialistas e educadores, e que o Projeto que Darcy defende, nem precisa da manifestação dos donos de escolas, pois o mesmo já os beneficiava, enquanto o seu foi construído democraticamente por diversas entidades e o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

No final deste artigo Florestan lamenta que Darcy tenha entrado no terreno da má-fé e da

injúria, como expediente de sua autodefesa ao falar que Florestan ignorou os estudantes pobres com a versão da lei aprovada. A emenda que criava o mecanismo de benefício aos estudantes trabalhadores, de autoria de Florestan, foi suprimida na nossa versão do Projeto da Câmara.

Em outro artigo, intitulado "Vacilações no Senado", de 15 de maio de 1995, Florestan mostra-se contra a expectativa por parte do Senado em atribuir o mesmo peso ao Projeto da Câmara ao do Senador Darcy Ribeiro, segundo ele "...improvisado (...), em conluio com o Ministério da Educação e as opções do setor privatista".

A tônica desta discussão foi dada pelo artigo escrito por Darcy intitulado "Florestan Educador", publicado em 23 de abril de 1995, na qual Darcy tenta combater as citações de Florestan contra seu Projeto, partindo do ponto de vista pessoal seu, e pouco intelectual, principalmente, ao atribuir para si méritos pessoais para que seu Projeto seja aprovado sem discussão, participação alguma da sociedade.

A maior injustiça de Darcy a Florestan é referente a sua frase: "Florestan não se inquieta com o milhão de alunos do proletariado estudantil, que pagam caro para estudar à noite, em escolas péssimas, montadas para fazer lucros empresariais, enganando-os. Abandona-os à sua sorte".

Florestan tentou incluir nas leis, conforme analisamos, medidas que contemplem a educação popular, só que encontrou resistências nas comissões.

Darcy considera, também, que o projeto da Câmara consolida o atual sistema de ensino e que continuará a manter o Brasil na condição do "... país que oferece a seu povo a pior educação".

Na conclusão do artigo, em desafio às afirmações de Florestan, diz que ele "ocupa-se em chamar-me de caolho, de racionalizador na defesa de seus próprios fins, afirmando que estou armado de uma ambição compulsória que me cegaria para qualquer razão objetiva. Não estará trocando as bolas e as pessoas?".

O embate entre Florestan e Darcy é só uma parte do quadro de discussão iniciada no Congresso e levada à sociedade civil. As interferências do Governo Federal no processo de tramitação da LDB são evidentes, pois é de seu interesse contemplar leis que vão de encontro a seu Projeto Político, não importando o que de avanço estas leis representam.

Abaixo, mostramos alguns pontos que contrastam os dois Projetos, e depois os pontos que achamos mais negativos do Projeto Darcy Ribeiro.

QUADRO COMPARATIVO ENTRE AS LEIS DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – O SUBSTITUTIVO DO SENADO E O PROJETO DA CÂMARA

TEMA EXPOSTO	CÂMARA DOS DEPUTADOS PROJETO DE LEI DA CÂMARA PLC 1.258-D, DE 1988	SUBSTITUTIVO DO SENADO PARECER Nº 72, DE 1996
Dos fins da Educação e direitos à Educação	Art. 3º A educação, direito fundamental de todos, é dever do Estado e da família, com a colaboração da sociedade...	Art. 2º A Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Sobre o currículo do Ensino de 1º e 2º Graus	Art. 34. A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos	Art. 24 1º Os currículos valorizarão as artes e a educação física de forma a promover o desenvolvimento físico e cultural dos alunos.
Escolha dos dirigentes máximos das Universidades	Art. 70, III o dirigente máximo das instituições as instituições de ensino superior e, se for o caso, seu vice serão escolhidos de forma definida em seus estatutos, assegurada no caso das instituições públicas, a participação de	Art. 98, I o Reitor e o vice- reitor de universidade federal serão nomeados pelo Presidente da República e escolhidos entre professores dos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de doutor, cujos nomes figurem em listas

	professores, servidores e alunos no processo de escolha, cabendo a nomeação, no caso destas últimas, ao chefe do Poder Executivo competente;	tríplices organizadas pelo respectivo colegiado máximo, ou outro colegiado que englobe, instituído especificamente para este fim, sendo a votação uninominal.
Dos Profissionais de Educação nos níveis básicos e médio	Art. 88. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade	Art. 62. A formação de profissionais para a educação básica se fará em universidades ou em institutos superiores de ensino. Parágrafo único. Os institutos superiores de educação são instituições de nível superior. Integradas ou não a universidades e centros de educação superior e manterão: (...) II – programas de formação pedagógica para

Normal.	portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar a educação básica.

ALGUNS PONTOS NEGATIVOS NO PROJETO DARCY RIBEIRO

1) Desconsideração do debate de 6 anos entre a sociedade civil, parlamentares e partidos políticos diversos, que resultou no "Projeto da Câmara".
2) Restrição ao direito universal de acesso à educação pública e gratuita, ao reduzir o dever do Estado para com a Educação, e abrangendo a obrigatoriedade e a gratuidade ao ensino fundamental, dos 7 aos 14 anos (enquanto que o de Florestan previa o ensino fundamental dos 7 aos 16 anos).
3) Fere a gestão democrática do ensino, ao delegar poderes ao Governo Federal de legislar sobre o ensino através de medidas provisórias.

4) Restrição do conceito de "profissionais da Educação" somente aos professores, excluindo os demais trabalhadores do setor, constituindo assim um ataque ao direito conquistado com grande mobilização, e acesso aos movimentos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS BARREIRAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DO PT E DA ESQUERDA BRASILEIRA

A perda da influência intelectual e ideológica da esquerda brasileira se deu ainda no período constituinte, com novas tendências de centro com um discurso mais democratizante e moderno, por exemplo, nas alas progressistas do PMDB e do PSDB. A queda brutal e a conseqüente "crise de identidade" da esquerda ocorreu, indubitavelmente, após a queda do Muro de Berlim e do Socialismo Real.

De 1985 até o final dos anos 1990, percebemos que a esquerda teve dificuldades de compreender e de atuar com o tipo de capitalismo que surgiu, um capitalismo globalizado, e em contrapartida, incapaz de discutir sua posição e atuação dentro deste fenômeno, e discutir também, as consequências deste para o país.

A esquerda teve sérias necessidades de fazer mudanças institucionais nesse período indicado, de atuar no processo político através da negociação. A

dificuldade de interferir no novo contexto criou sérios problemas por não haver um projeto objetivo, já que não achava lugar na pauta de mudanças do país. A sua inserção se deu de forma problemática, pois não se queriam arranhões, não se queria expor muito o mesmo às forças políticas de modo a alterá-lo. A conjuntura histórica da Constituinte poderia ser favorável ao Projeto da esquerda se ela tivesse revisto sua atuação.

> A história pode ser produzida, mas deve ser sobretudo "acompanhada". É preciso "dar tempo", "esperar" que os processos efetivos encontrem suas próprias soluções e não "precipitar-se", isto é , impor autoritariamente soluções. (...) A intervenção na história se faz sob a forma do diálogo – há uma escuta atenta, um acompanhamento respeitoso dos homens que buscam soluções concretas para os seus conflitos e a apresentação de sugestões, de interlocução, de orientações, que podem ou não serem absorvidas pelo processo efetivo (REIS, 1997, P. 111).

A crença absoluta na mudança, na não continuidade, e na relação do presente com o passado colonial e os problemas do Brasil nos faz crer que "são velhos problemas, sempre presentes e nunca definitivamente resolvidos" (idem).

A questão central da Constituição é porque ela é um "termômetro" histórico. Mas para conhecê-la, tem de haver a sensibilidade de reconhecer, que antes de tudo, "É preciso conhecer a realidade brasileira e reconhecer a dialética de continuidade e mudança em sua especificidade" (REIS, 1997, P. 165), inclusive para haver a intervenção e a mudança.

Conforme o trabalho de Adriana Vale dos Reis, na UnB, "... as indefinições sobre seu papel político na atualidade, seu duplo caráter de movimento e instituição, as imprecisões conceituais, a falta de clareza sobre seu projeto político são alguns fatores que contribuem para explicar uma certa inconsistência das propostas" (REIS, 1992, P. 62) do PT.

As dificuldades oriundas daí levam o partido a conflitos que são difíceis de ser superados. Se

> o partido não tem clareza sobre as estratégias políticas, os vínculos entre democracia e socialismo, as concepções de Estado e Sociedade e mesmo de classe trabalhadora. Assim, o PT não consegue definir seu "projeto histórico", com base no qual ele procurará obter o consenso hegemônico necessário para se tornar realidade no Brasil. Por um lado, o PT criou a identidade que permitiu realizar avanços significativos no sentido da representação política da classe trabalhadora, naquele sentido ampliado. Por outro lado, ele encontra-se envolvido em

contradições que colocam em dúvida seu futuro político (REIS, 1992, P. 60 e 61).

As dificuldades encontradas pelo Partido dos Trabalhadores na sua atuação no Parlamento para construção da LDB da Educação Nacional foram sentidos, inclusive, dentro do próprio partido, tanto em decorrência das divergências políticas internas que desfavoreciam um consenso, como da inflexibilidade em dialogar ou rever alguns pontos que de alguma forma não feriam a "essência" de suas idéias, de seu Projeto.

Com o início do Governo Lula em 2003, sobretudo da dificuldade de promover a construção e a implantação de uma reforma universitária dentro das instituições e na própria sociedade, além da lentidão do Congresso Nacional em dar encaminhamento no seu interior do Projeto enviado pelo Governo em 2005, acredito que as experiências advindas da Constituinte pelo Partido dos Trabalhadores e aqui devidamente apresentadas deveriam ser melhor observadas para avançarmos ainda mais no campo educacional em nosso País.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. Diário da Câmara dos Deputados. O processo histórico da elaboração do texto constitucional. Elaboração por Dilson Emílio Brusco e Ernani Valter Ribeiro. Brasília, 1993.

BRASIL, "Lei no 9.394, de 20-12-96, Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional", In Diário Oficial da União, Ano CXXXIV, no 248, 23-12-96.

BRASIL. "Projeto de LDB n. 1258-A, de 1988 (de autoria do Deputado Octávio Elísio)", in Diário do Congresso Nacional, Suplemento ao n. 175, de 25-01-1991.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Ata da Reunião da Comissão de Educação. In: Diário da Câmara da Assembléia Nacional Constituinte, Suplemento, de 20 de maio de 1987.

____. In: Diário da Câmara da Assembléia Nacional Constituinte, Suplemento, de 16 de julho de 1987.

____. In: Diário da Câmara da Assembléia Nacional Constituinte, Suplemento, de 20 de julho de 1987.

BRASIL. Senado Federal. Plenário do Senado Federal. In: Diário do Senado Federal, de 26 de outubro de 1995

____.. In: Diário do Senado Federal, de 22 de novembro de 1995

FERNANDES, Florestan. 1983. Entrevista: Perfil. In: Ciência Hoje, São Paulo, v. 2, n. 8, set./out.
_____. 1988. O processo constituinte. Brasília: Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Publicações. (Pronunciamentos, debates apresentados pelo Deputado Constituinte Florestan Fernandes, em 1987).
_____. 1989a. A constituição inacabada- Vias históricas e significado político. São Paulo: Estação Liberdade.
_____. 1989b. O debate sobre a Lei de Diretrizes e Bases. In: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1. nov. 1989.
_____. 1989c. O desafio educacional. São Paulo, Cortez.
_____. 1990a. A transição prolongada. O período pós-constitucional. São Paulo: Cortez.
_____. 1990b. Diretrizes e Bases: conciliação aberta. In: Educação & Sociedade, São Paulo, v. 11, n. 36, p. 142-149, ago. 1990.
_____. 1991. Florestan Fernandes. Brasília: INEP, 1991. (Memória Viva da Educação Brasileira, 1)
_____. 1992. Diretrizes e Bases na etapa final. In: Educação & Sociedade, São Paulo, v. 13, n. 43, p. 524-528, dez. 1992.
_____. 1993. LDB: impasses e contradições. Brasília: Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação.

_____. 1995a. Tensões na educação. Salvador: SarahLetras.
_____. 1995b. Entrevista. In: Folha de S. Paulo, 20 ago. 1995. Cad.5, p.4.
_____. 1995c. Entrevista. In: Tempo Social – Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 187-195, out.
_____. Florestan Fernandes na luta parlamentar. Publicação do Comitê Florestan Fernandes, São Paulo, s.d. (Jornal de Propaganda Política).
JORNAL DA CONSTITUINTE. Brasília, Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte, N.º 63, 5 out. 1988.
_____. Lei Darcy Ribeiro n. 9.394, de 1996- Emendas à Constituição nºs. 11 e 14, de 1996 e Lei n. 9.424, de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Carta'18: falas, reflexões, memórias / informe de distribuição restrita do Senador Darcy Ribeiro. Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 1997.
RIBEIRO, Darcy. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Carta: falas, reflexões, memórias / informe de distribuição restrita do Senador Darcy Ribeiro. Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, n. 16, 1996. 386 p.

LIVROS E ARTIGOS

ATALIBA, Geraldo. Limites à revisão constitucional de 1993. Separata da Revista de Informação Legislativa.

Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Documentação e Informação/Subsecretaria de Edições Técnicas, ano 30, n. 120, out./dez. 1993.
BOBBIO, Norberto. Marx. In: _____. A teoria das formas de governo. Tradução de Sérgio Bath. 8. ed. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1995. p. 163-172.
CANDIDO, Antonio. Amizade com Florestan. In: D'INCAO, Maria Angela (org.). O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo, UNESP, 1987. p. 31-36.
CANDIDO, Antonio. Lembrando Florestan Fernandes. São Paulo: ed. do autor, 1996.
CARDOSO, Fernando Henrique. A paixão pelo saber. In: D'INCAO. Op. cit. p. 23-30.
_____. A revitalização da arte da política. In: ZANETI, Hermes (org.). Democracia: a grande revolução. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986. p. 15-30.
CUNHA, Luiz Antônio. A educação no processo constituinte. In: Educação, Estado e democracia no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 1995. p. 425-469.
FERNANDES, Florestan. 1966. Educação e sociedade no Brasil. São Paulo: Dominus/Edusp.
_____. 1977. Circuito Fechado. Quatro ensaios sobre o "Poder Institucional". 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. 1984a. O que é revolução. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense.
_____. 1984b. Introdução. In: Marx/Engels. 2. ed. São Paulo: Ática. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
_____. 1986a. Nova República? 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
_____. 1986b. A formação política e o trabalho do professor. In: CATANI, Denise B. et al. (orgs.). Universidade, escola e formação de professores. São Paulo: Brasiliense.
FICO, Carlos. Reiventando o otimismo. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1997.
FRANCO, Augusto de. A crise da matriz da III Internacional. In: PT, 1991. p. 65-75.
FREITAG, Barbara. Democratização, universidade, revolução. In: D'INCAO, Maria Angela. O saber militante. São Paulo: Paz e Terra, 1987. p. 163-180.
_____. 1996. Florestan Fernandes por ele mesmo. In: Estudos Avançdos, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 129-172, jan./abr. 1996.
GADOTTI, Moacir. História das idéias educacionais. São Paulo: Ática, 1994.
GARCIA, Marco Aurélio. Leninismo & social-democracia na história. In: O PT e o marxismo. 1991. p. 79-91.
IANNI, Octavio (org.) Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira. In: FERNANDES, Florestan. Sociologia. São Paulo: Ática, 1986. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 58)

_____. 1987. Sociologia crítica. In: D'INCAO. Op. cit. p. 39-47.
_____. 1989. Sociologia da sociologia. 3. ed. revista e aumentada. São Paulo, Ática.
_____. A sociologia de Florestan Fernandes. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, ano 11, n. 30, p. 23-28, fev. 96.
LAMOUNIER, Bolívar (org). De Geisel a Color – 0 balanço da transição. São Paulo: Editora Sumaré/IDESP, 1990.
MARX, K., ENGELS, F. A ideologia alemã. 10. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
MOTA, Carlos Guilherme. O intelectual e o político. In: D'INCAO. Op. cit. p. 181-186.
MOTA, Carlos Guilherme. Uma trajetória radical: Florestan Fernandes. In: _____. Ideologia da cultura brasileira. São Paulo: Ática, 1990. p. 181-202.
OLIVEIRA ROMANELLI, Otaíza de. O reinício das lutas ideológicas em torno da organização do sistema educacional: as polêmicas suscitadas pelo Projeto de Diretrizes e Bases. In: História da educação no Brasil. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
O PT E O MARXISMO. Caderno Especial de Teoria & Debate. São Paulo: Publicação do PT. Diretório Regional de São Paulo, 1991.
REVISTA ADUSP. Homenagem a Florestan Fernandes. São Paulo, n. 4, out. 1995.
REVISTA IEA. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados, v. 10, n. 26, jan./abr. 1996.
REVISTA USP. São Paulo, n. 29, mar./abr./maio 1996.

SADER, Emir (org). Constituinte e democracia no Brasil. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
SAVIANI, Demerval. Política e educação no Brasil: O papel do Congresso Nacional na Legislação do ensino. São Paulo: Cortez, 1987.
_____. Florestan Fernandes e a educação. In: Estudos Avançados, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 71-87, jan./abr. 1996.
_____. A nova lei da educação: trajetórias, limites e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 1997.
II CONED. Subsídios às discussões preparativas do II CONED. Belo Horizonte: APUBH, 1997.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Homenagem a Florestan Fernandes. Uberlândia: UFU, 10 dez. 1996.
WEBER, Max. A política como vocação. In: _____. Ensaios de sociologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Edições Guanabara, 1982.
_____. A ciência como vocação. In: _____. Op. cit.

DISSERTAÇÕES, TESES E PESQUISAS

CHAVES, Adriana J. F. Florestan Fernandes: um sociólogo pensando a educação (idéias educacionais de Florestan Fernandes – décadas de 40-60). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 11 de Abril de 1997 (Tese Apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação: Filosofia e História da Educação, da PUC-SP, sob a orientação da Profª Drª Míriam Jorge Warde).

REIS, José Carlos. “Mudança” e “continuidade” na historiografia brasileira. Mariana: ICHS/UFOP, maio 1997. (Texto de circulação interna. Resultado de pesquisa desenvolvida entre ago. 1993 e maio 1997, com apoio do CNPq).
SALES COELHO, Maria Francisca. O público e o privado na educação brasileira: um conflito na Constituinte. (Tese de Doutorado). Departamento de Sociologia, UnB, Brasília, 1991.
SOARES, Eliane Veras. Florestan Fernandes: militante solitário. São Paulo: Cortez, 1997.
VALLE, Adriana. Projeto educacional do PT. (Dissertação de Mestrado). Brasília: UnB, Depto. de Sociologia, 1991-93.

DICIONÁRIOS

BOBBIO, Norberto et. al. Dicionário de política. 7. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995. 2 v.
BOTTOMORE, Tom (editor). Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

DEPOIMENTO ORAL

TEIXEIRA, Zuleide Araújo. Assessora Parlamentar de Florestan Fernandes. Brasília: Senado Federal, 9 set. 1997.

AUDIOVISUAL

RODA VIVA com Florestan Fernandes. São Paulo: TV Cultura, dezembro de 1994. Videocassete (100 min): Son., color, 12mm. VHS NTSC

ARQUIVOS CONSULTADOS

Centro de Documentação e Informação – Câmara dos Deputados. Brasília – DF.

Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro

Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte (CEAC) – UnB

Fundação Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro – RJ

Fundação Padre Anchieta – TV Cultura. São Paulo– SP

Museu da Imagem e do Som – São Paulo – SP

URBANDATA – IUPERJ – Rio de Janeiro – RJ

PRINCIPAIS SIGLAS UTILIZADAS

ADUSP – Associação dos Docentes da USP
AELAC – Associação de Educadores da América Latina e Caribe
ANDE – Associação Nacional de Educação
ANDES-SN – Associação Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior – Sindicato Nacional
ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
ANPAE- Associação Nacional de Professores de Administração da Educação
ANPEd – Associação Nacional de Pós – Graduação e Pesquisa em Educação
ANC – Assembléia Nacional Constituinte
APUBH – Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça
CEAC – Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte
CEDES – Centro de Estudos de Educação e Sociedade
CONED – Congresso Nacional de Educação
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino

CRUB – Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DNTE-CUT – Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação – CUT
FAE – Faculdade de Educação da UFMG
FAFICH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
FE – Faculdade de Educação da UNICAMP
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FASUBRA – Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras
FENOE – Federação Nacional de Orientadores Educacionais
IEA – Instituto de Estudos Avançados
IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP
IFES – Instituto Universitário de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MEC – Ministério da Educação e do Desporto
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
PDS – Partido Democrata Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PID – Programa de Incentivo à Docência
PL – Projeto de Lei
PLC – Projeto de Lei da Câmara
PLS – Projeto de Lei do Senado

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC – Pontifícia Universidade Católica.
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEAF – Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas
SINASEFE – Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Federal de 1º, 2º e 3º_Graus da Educação Tecnológica
UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UnB – Universidade de Brasília
UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNESCO – Organização para a Educação, Ciência e Cultura.
USP – Universidade de São Paulo